UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TÊXTIL E MODA

FÁBIO MURCIA MARQUES

**A governança corporativa na cadeia têxtil e confeccionista no
Estado de São Paulo**

São Paulo
2015

FÁBIO MURCIA MARQUES

**A governança corporativa na cadeia têxtil e confeccionista no
Estado de São Paulo**

Versão corrigida

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências do Programa de Pós-Graduação em Têxtil e Moda

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 15 de janeiro de 2015. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Área de Concentração:

Projeto de Têxtil e Moda

Orientador:

Prof. Dr. Dib Karam Junior

São Paulo
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Marques, Fábio Murcia

A governança corporativa na cadeia têxtil e confeccionista no
Estado de São Paulo / Fábio Murcia Marques ; orientador, Dib Karam
Junior. – São Paulo, 2015

108 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-
Graduação em Têxtil e Moda, Escola de Artes, Ciências e
Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015
Versão corrigida

1. Indústria têxtil - Brasil. 2. Governança corporativa. I.
Karam Junior, Dib, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 677.0981

Nome: MARQUES, Fábio Murcia

Título: A governança corporativa na cadeia têxtil e confeccionista no Estado de São Paulo

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências do Programa de Pós-Graduação em Têxtil e Moda

Aprovado em: 15 de janeiro de 2015.

Banca Examinadora

Prof. Orientadora Dr.: Dib Karam Junior

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo

Prof.^a Dra.: Júlia Baruque Ramos

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo

Prof. Dr.: Fernando Gasi

Universidade Federal do ABC

Aos meu Avós Francisco (*in memoriam*), Déa (*in memoriam*), Antônia (*in memoriam*), meus pais João e Carminha que tanto admiro e amo, minha esposa Raquel, sinônimo de amor e companheirismo.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

A minha esposa Raquel que simplesmente permanece ao meu lado em silêncio com um incentivo esplendoroso em seu olhar. A razão e o motivo de sempre buscar algo melhor em nossas vidas e a futura mãe e matriarca da família.

Aos meus pais que com um amor fraternal até hoje se dedicam a formar a minha integridade, o caráter e a educação que possuo. Seres que se preocupam em me apoiar em todas as minhas escolhas pedindo apenas que as execute com esmero.

Ao meu orientador e professor Doutor Dib Karam Junior que me guiou com muita paciência e destreza, apresentando novos horizontes promissores.

A professora Doutora Júlia Baruque Ramos que nunca permitiu que a palavra desistência fosse citada em minhas intenções.

A professora Mestre Ana Maria Cardoso por me abrir os olhos para esse caminho de aprendizado acadêmico.

Ao professor Doutor Fernando Gasi que me trouxe novas perspectivas em meio a um momento de hesitação.

A minha irmã Fernanda, seu marido Luiz e sobrinho Juan por simplesmente fazerem parte da minha vida.

Aos meus irmãos Fernando, Leandro Pingo, Flávio, Leandro Bortolassi, Gabriel Navarro e Eduardo Borrego que são o sinônimo de amor e amizade incondicional.

Aos meus colegas de trabalho do SENAI que compartilham diariamente conhecimentos dessa área tão apaixonante que é o têxtil e do vestuário e em específico ao professor Edmundo, admirável pelo apoio e ética profissional.

A cada aluno que passou em minhas mãos, que me mostraram a melhor das profissões que é ser docente, formando verdadeiros cidadãos para a sociedade.

“A mente que se abre a uma nova ideia
jamais voltará ao seu tamanho original”

Albert Einstein

RESUMO

MARQUES, F. M. **A governança corporativa na cadeia têxtil e confeccionista no Estado de São Paulo**. 2015. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Essa dissertação analisa e demonstra fatores que afetam a cadeia têxtil e confeccionista, através de um mapeamento do panorama que os respectivos setores apresentam principalmente aqueles relativos à gestão e governança corporativa. Para adquirir dados empíricos o projeto contempla o desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica possibilitando a constatação de dados e avaliação de aspectos sobre o perfil do contexto atual desse segmento usando informações que comprovam os meios que levam a degradação do ramo, principalmente fatores que contemplem a governança corporativa como estrutura solucionadora para o quadro apresentado, foco central desta dissertação. A pesquisa visou obter dados qualitativos e quantitativos através de: a) caracterização do universo cultural de gestão das empresas têxteis e confeccionistas; b) fatores políticos que prejudicam a cadeia têxtil e confeccionista; c) identificação da visão dos diferentes tipos de consumidor sobre o nicho têxtil e confeccionista. d) a influência externa no mercado têxtil confeccionista; e) mapeamento de dados e identificação dos fatores relevantes da cadeia completa; f) apresentação de fatores globais que identifiquem os focos mais relevantes, de forma a compreender o momento dos setores associados. Com os resultados obtidos, foi evidenciado o uso da governança corporativa e a implementação de meios sustentáveis como meios de restabelecer e vigorar a competitividade do mercado interno e projetar melhores enfrentamentos perante a concorrência internacional, notadamente de países asiáticos, que são umas das grandes razões do atual panorama que esse setor enfrenta.

Palavras-chave: Têxtil. Vestuário. Governança corporativa. Sustentabilidade. Sistemas de gestão. Economia.

ABSTRACT

MARQUES, F. M. **Corporate governance in the textile and garment industry chain in the State of São Paulo**. 2015. 108 f. Dissertation (Master's Degree) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

This dissertation analyzes and demonstrates factors that affect the textile and clothing manufacturer chain, through an overview of mapping the respective sectors have particularly those relating to management and corporate governance. To acquire empirical data the project includes the development of a literature enabling data verification and evaluation aspects of the profile of the current context of this segment using information that prove the means that lead to degradation of the branch, especially factors that include corporate governance as solver framework for the overview of the segment, central focus of this dissertation. The research aimed to obtain qualitative and quantitative data through: a) characterization of the cultural universe of management of textiles and clothing manufacturers companies; b) political factors that affect the textile and clothing manufacturer chain; c) Identification of view of different types of consumers about the textile and clothing manufacturer niche. d) the external influence on the clothing manufacturer textile market; e) data mapping and identification of the relevant factors of the complete chain; f) presentation of global factors that identify the most relevant focuses, in order to understand the timing of associated sectors. With the results, it was evident the use of corporate governance and the implementation of sustainable media as a means of restoring force and the competitiveness of the internal market and design better clashes in the international competition, especially from Asian countries, which are one of the biggest reasons of the current situation that the sector faces.

Keywords: Textile, Garment industry. Corporate governance. Management systems. Economy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Aumento de consumos têxteis no Brasil.	16
Figura 2 - Aprendizes do curso de confecção de roupas da Escola SENAI do Brás em 1947.	28
Figura 3 - Consumo mundial de fibras têxteis.	32
Figura 4 - Principais países exportadores de têxteis de 2011.	33
Figura 5 - Estrutura da Cadeia Têxtil e de Confecção.	34
Figura 6 - Distribuição regional da produção têxtil nacional.	36
Figura 7 - Comércio mundial de têxteis e vestuário.	39
Figura 8 - Principais países exportadores de têxteis de 2011.	40
Figura 9 - Principais países exportadores de têxteis de 2011.	41
Figura 10 - Distribuição regional da produção têxtil nacional.	44
Figura 11 - Aumento de importação do vestuário entre 2003 e 2013.	45
Figura 12 - A participação de alguns Estados na indústria confeccionista no Brasil	46
Figura 13 - A cadeia produtiva têxtil e confeccionista Nacional.	50
Figura 14 - A quebra da cadeia têxtil-confeccionista com acesso direto ao consumidor final.	52
Figura 15 – Comparativo do setor Têxtil e Confeccionista entre quantidade de empresas, e número médio de pessoal ocupado por empresa (média entre os anos de 2008 e 2012).	59
Figura 16 – Balança Comercial Brasileira do Setor Têxtil e de Confecção de 2011.	65
Figura 17 – O tripé da sustentabilidade ou <i>triple bottom line</i>	72
Figura 18 – Sistema Audaces de encaixe de moldes para enfiar e corte para vestuário.	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Panorama de mercado exterior da indústria têxtil entre 2007 e 2012.	30
Tabela 2 - Panorama de mercado exterior da indústria confeccionista entre 2007 e 2012.	31
Tabela 3 - Produção Mundial de Têxteis em toneladas	32
Tabela 4 - Empresas por segmento.	36
Tabela 5 - Evolução da participação das regiões na produção de Têxteis.	36
Tabela 6 - Evolução do quadro empregatício da cadeia têxtil. Média e Total das empresas nos anos de 2010 e 2011.	37
Tabela 7 - Quadro de pessoal ocupado na indústria Têxtil nacional entre 2006 e 2011 (Total / Média).	37
Tabela 8 - Dimensões do mercado, produção e consumo per capita de têxteis no Brasil entre 2006 e 2011.	38
Tabela 9 - Produção Mundial de Confeccionados em Toneladas	40
Tabela 10 - Distribuição por porte na indústria confeccionista do vestuário.....	42
Tabela 11 - Evolução da participação das regiões na indústria confeccionista.....	43
Tabela 12 – Consumo de tecidos na confecção entre 2008 e 2012 (em toneladas). ..	47

LISTA DE SIGLAS

ABIT	Associação Brasileira da Indústria Têxtil e do Vestuário
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISO	Organização Internacional de Padrões - <i>International Organization for Standardization</i>
SENAI-SP	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – São Paulo
SINDITEXTIL-SP	Sindicato das Indústrias Têxteis de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 OBJETIVOS.....	18
2.1 OBJETIVO GERAL	18
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	18
2.3 CONSIDERAÇÕES PARA ESTUDO	19
2.4 HIPÓTESES	19
3 METODOLOGIA.....	23
4 REVISÃO LITERÁRIA.....	26
4.1 UMA ABORDAGEM HISTÓRICA A INDÚSTRIA TÊXTIL E CONFECCIONISTA NO BRASIL.....	26
4.1.1 Dados históricos da indústria têxtil e confeccionista no Brasil.....	26
4.2 O PANORAMA DA INDÚSTRIA TÊXTIL	31
4.2.1 O panorama Têxtil no Mundo e posicionamento do Brasil	31
4.2.2 O panorama do setor Têxtil no Brasil	33
4.2.3 O panorama empregatício da indústria Têxtil no Brasil	37
4.2.4 O mercado consumidor de têxteis no Brasil.....	38
4.3 O PANORAMA DO SETOR CONFECCIONISTA.....	39
4.3.1 O panorama do setor confeccionista no mundo e posicionamento do Brasil.....	39
4.3.2 O panorama do setor Confeccionista no Brasil e em São Paulo.....	41
4.3.3 O panorama empregatício da indústria Confeccionista no Brasil	46
4.3.4 O mercado consumidor confeccionista no Brasil.....	47
4.4 A CADEIA TÊXTIL E CONFECCIONISTA	47
4.4.1 Uma visão Macro da cadeia têxtil e confeccionista	49
4.4.2 Produção legítima e os caminhos adversos da cadeia têxtil e confeccionista	50
4.5 GOVERNANÇA CORPORATIVA	54
4.5.1 A governança corporativa e o “outsourcing”	57
4.5.2 A governança corporativa no Brasil.....	61

4.5.3	A governança corporativa na cadeia do Têxtil e Confeccionista	63
4.5.4	ABVTEX – Uma alternativa de normatizar a Governança no Setor.....	68
4.6	SUSTENTABILIDADE.....	69
4.6.1	A sustentabilidade na cadeia têxtil e confeccionista.....	73
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	77
5.1	DISCUSSÃO.....	77
6	CONCLUSÕES.....	79
7	TRABALHOS FUTUROS	82
	REFERÊNCIAS.....	83
	ANEXO A - LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010. – Política Nacional de Resíduos Sólidos	89

1 INTRODUÇÃO

A força e a potência das indústrias têxtil e do vestuário no Brasil são notáveis ao se comparar o crescimento da população e a atual conjuntura econômica que o país vive, gerando um aumento de capacidade de consumo que teve expressiva alteração em seu perfil, tanto nas faixas socioeconômicas, quanto ao crescimento das indústrias que deveriam supostamente acompanhar esse crescimento do país. Apesar desse quadro, o mundo atravessa a maior fase da globalização que o planeta já passou. Qualquer fato ou ocorrência oriunda de outros países, faz com que a economia global seja afetada, diferindo apenas a influência sobre outros países e suas ligações econômicas diretas ou indiretas.

Fatos como esses são comuns e notórios e não são diferentes no segmento do vestuário brasileiro. Como a crise da bolha imobiliária americana em 2008, que freou a economia mundial e, e repercutiu na indústria do vestuário, pelo temor de que queda de consumo e pela diminuição da exportação de itens tão solicitados pelo mercado americano, como moda praia, sobre o Brasil que é o atual formador de opinião no Mundo. A TEXBRASIL (2013) demonstra que atualmente os dados são promissores e muito positivos que de acordo com o Programa de Exportação da Moda Brasileira.

A crescente descrença e escassez de mão de obra mesmo com formação oriunda de centros acadêmicos competentes é um grande exemplo da falta de credibilidade que se dá ao setor industrial do vestuário. Há uma grande vertente voltada ao desenvolvimento de produto referente a tendências de moda com a abertura de centenas de escolas e cursos de graduação voltados a moda, mas há poucos cursos de formação voltados à indústria têxtil ou de vestuário. Somente entre 1990 e 2000 surgiram mais de 20 novos cursos de graduação voltados ao mercado da moda (PIRES, 2010).

Mas a moda está à frente do que pode ser chamado de “bastidores da moda”. A indústria da moda só pode ser concretizada a partir do momento que a indústria do vestuário coloca em prática as ideias que são vislumbradas nas grandes passarelas de eventos como São Paulo Fashion Week e análises de tendências originadas pela grande rota da moda: Paris, Milão e Nova Iorque. Portanto, uma questão evidente está em compreender como abastecer uma demanda tão

gigantesca se não há procura por formação. O repórter Fábio Turci (2011) afirma: “Mas ainda que muitos cursos sejam de graça, o SENAI às vezes não encontra alunos para todas as vagas que tem. O SENAI é um dos poucos centros acadêmicos que forma profissionais técnicos com capacitação para as áreas específicas como têxtil e vestuário”.

William Waack (2011) diz que “pleno emprego e baixa taxa de desemprego são números positivos que escondem uma difícil realidade. A dificuldade de achar trabalhadores qualificados leva as empresas a uma disputa que emperra o crescimento da economia”. “A falta de mão de obra qualificada é um dos maiores gargalos para as empresas e a economia brasileira” (WAACK, 2011)

Apesar dos esforços para suprir a demanda, existe muita necessidade de mão de obra especializada e oferta de vagas que não são preenchidas por fatores resultantes da quebra da cadeia têxtil e vestuário através da importação de itens prontos para o consumidor final. Isto seria um dos fatores que geram a descrença do mercado de trabalho por parte dos possíveis empregados e também por parte dos empregadores, que supostamente preferem aplicar esforços em contratar pessoas sem formação ou experiência na área e desprender mais tempo qualificando o funcionário internamente. Estima-se que, no ano de 2011, 200 mil postos de trabalho deixaram de ser gerados em nosso país em função do déficit da balança comercial do setor (ABIT, 2011).

Mesmo assim a demanda por profissionais da indústria apresenta-se relativamente baixa perto das necessidades do setor. A razão que distancia o mercado de trabalho de querer exercer uma função dentro da indústria do vestuário pode ir além destas prerrogativas apresentadas. Fatores referentes a conceitos mais atuais de sustentabilidade poderiam dar um esclarecimento mais adequado a estas perguntas que circundam o setor do vestuário. John Elkington (ELKINGTON, 1998) cunhou o termo *Triple Bottom Line* (ou 3P's, em português), que leva em consideração três aspectos para o desenvolvimento sustentável: *people* (capital humano), *planet* (capital natural) e *profit* (valor econômico gerado).

A carência de profissionais gabaritados e com especialização pode ser resolvida com a união de forças presentes na gestão destas empresas e maior transparência de informações entre todos os envolvidos e interessados dentro de uma estrutura empresarial que se resume em um conceito: a Governança

Corporativa. “Na década de 90 foi criado o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), em um momento em que o Brasil abria o mercado para as importações com o objetivo de uma integração competitiva. O objetivo do instituto era melhorar a governança corporativa no Brasil. Em 1999, o IBGC lançou seu primeiro Código de Práticas de Governança Corporativa, em que se concentrava principalmente no conselho de administração e suas recomendações foram inspiradas em reflexões sobre a Lei das Sociedades Anônimas então em vigor” (SALMASI; MARTELANC, 2009).

Mas estes não seriam os únicos fatores que possivelmente influenciam a cadeia têxtil e vestuário. Existem razões ainda não estudadas que podem afetar de forma negativa este setor dito como promissor, porém extremamente afetado por fatores empiricamente não comprovados. A quebra da cadeia esbarra em fatores contraditórios, mas que ajudam a estruturar motivos que levam ao declínio do setor. O consumo atual demonstra que o setor ainda é extremamente promissor com estimativa de crescimento de mais de 50% no consumo interno, pela estabilidade da economia (ABIT, 2011), como podemos visualizar na figura 1.

Figura 1 - Aumento de consumos têxteis no Brasil

Fonte: ABIT, 2011.

O presente estudo trata de evidenciar a governança corporativa através de pesquisa bibliográfica descrevendo seus conceitos e fatores que agreguem a cadeia têxtil e confeccionista no estado de São Paulo. Está constituído de Introdução, presente capítulo, Objetivos com considerações para estudo e hipóteses, metodologia que referencial bibliograficamente o estudo, revisão literária, resultados e discussão e conclusões com menção para trabalhos futuros.

2 OBJETIVOS

O presente capítulo determina os objetivos apresentados no estudo, com o intuito de definir consecutivamente de forma geral as referências analisadas e suas ramificações de pesquisa para direcionar de forma adequada o tema central como foco.

2.1 Objetivo geral

Este projeto tem por objetivo apresentar o papel da governança corporativa na cadeia têxtil e confeccionista do Estado de São Paulo. Mediante um levantamento bibliográfico do atual panorama do segmento, demonstrar a governança corporativa como alternativa de modelo de gestão para o setor. Em seguida, demonstrar os elos de conexão que podem ser estabelecidos através dos conceitos da governança corporativa, sustentabilidade e conjuntura da cadeia têxtil e do vestuário.

2.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos deste projeto são estudos e identificações relativos à atual postura da governança corporativa na indústria confeccionista com as seguintes especificações:

- identificar o atual panorama do perfil de governança corporativa dentro das indústrias do vestuário no Estado de São Paulo;
- análise teórica de quadros específicos ao objeto de estudo, evidenciando a governança corporativa como alternativa para a cadeia têxtil e confeccionista;
- análise dos dados obtidos e comparação com os dados atuais gerais de mercado na indústria têxtil e do vestuário.

Com os dados e análises dessa pesquisa, sugerir-se-á futuros projetos de pesquisa visando o aperfeiçoamento da estrutura organizacional e corporativa das empresas, tomando por base modelos de governança corporativa, em específico para o setor da indústria do vestuário.

2.3 Considerações para estudo

O objetivo desse estudo tem como foco central a obtenção de dados do setor têxtil e do vestuário e posteriormente um estudo teórico que permita a identificação de referências que apresentem a estrutura desse setor, identificando modelos de gestão mais adequados a esse setor. Mediante esse estudo, apresentar a governança corporativa como alternativa em seus conceitos mais atuais através de metodologias de gestão. Em coligação à governança, a apresentação de preceitos sustentáveis, que amplifiquem seu conceito para as esferas sociais, político-econômicas e ambientais, auxiliando e complementando as estruturas de gestão do setor que está em constante mudança e reestruturação em razão da globalização econômica e concorrencial no mundo.

2.4 Hipóteses

Não há como desconsiderar fatores nítidos e conhecidos que demonstram os possíveis fatores influentes na cadeia têxtil e do vestuário. Cabe ressaltar que estas influências podem ser internas e externas perante a cadeia têxtil e vestuário em modelos de gestão e governança corporativa do setor em questão. Algumas hipóteses consideradas no presente estudo:

- os setores sofrem uma concorrência desleal devido à ausência de regras protecionistas dos segmentos, cuja imposição poderia ser feita através de políticas e normas jurídicas de proteção ou de relevância incentivadora ao perfil atual das indústrias nesses setores;
- ambos segmentos sofrem com a grande influência de taxas excessivas. Dessa forma, perde-se margem de lucro pelo custo excessivo do produto, o que impulsiona a gestão a tomar medidas ausentes de preceitos formais e

abandonar qualquer alternativa de incentivo à capacitação e renovação de mão de obra direta ou indireta;

- o atual quadro de globalização que se impõe de forma a interferir negativamente sobre o poder de ação de todos os elos da cadeia, seja direto ou indireto, a tomarem medidas de fortalecimento do setor;
- a ausência de uma visão pontual da gestão e governança corporativa para os envolvidos com a cadeia têxtil e confeccionista, sendo que nesses setores se adotam medidas circunstanciais mediante a conjuntura que se apresenta, indiferente de estudos e ou situações futuras que prejudicam o setor na estrutura dessa importante indústria;
- a ausência de centros formativos que qualifiquem mão de obra para todos os setores de atuação dentro da cadeia têxtil e confeccionista. Atualmente essa mão de obra é formada dentro das próprias indústrias e confecções do setor sem formatos, métodos ou parâmetros educativos didáticos e acadêmicos. Também sem se atentar a questões de higiene e segurança no trabalho;
- o atual perfil de gestão das pequenas e micro empresas que não apresentam interesse em mudar ou estruturar melhor suas empresas, pela visão viciosa de que a informalidade ainda é uma fuga para determinadas regras impostas pela estrutura política, burocrática e fiscal no Estado de São Paulo e no Brasil;
- o mais novo concorrente interno com grande vantagem competitiva por passar por cima de todas as camadas da cadeia têxtil e confeccionista, inclusive de itens importados de forma oficial por empresas destinadas a esse fim. O turista, que pertencente a crescente classe média alta paulista, descobre uma nova forma de incrementar sua renda ou até de formar sua base financeira através da compra de itens de vestuário em viagens ditas turísticas mas que apresentam o cunho de lucro mediante os valores agregados pelas peças de itens acabados comprados em outros países ou pela relação custo benefício de adquirir itens mais baratos e de melhor qualidade, ao invés de adquirir itens no mercado interno comum (BARROS, 2014).

Tais hipóteses podem ser constatadas através da análise de reportagens como o Profissão Repórter (BARCELOS, 2013), entrevistas no Jornal da Globo

(WAACK, 2013) e outras fontes que analisem o setor têxtil e confeccionista. Cabe ressaltar que algumas dessas fontes podem apresentar informações que estejam distantes de dados oficiais e que tenham sido levados em conta através de ferramentas que mensurem somente dados registrados de forma oficial. Caberá nesses casos buscar outras fontes que comprovem tais informações iniciais. Para estudos futuros, há a necessidade de sua ampliação com pesquisas que apresentem outros métodos mais participativos e de maior ramificação perante os formatos de pesquisa e abordagem apresentados que foram baseados somente em literaturas.

Cabe como justificativa indireta um maior cuidado de análise de fontes de informação desse setor, já que há uma determinada falta de candidatos a esse mercado de trabalho. Atualmente existem mercados mais atrativos, o que gera uma busca menor pelo setor têxtil e confeccionista, possivelmente com uma migração maior de funções para outras áreas de conhecimento. Novamente isso obriga a gestão corporativa do ramo a mudar o comportamento perante a pouca importância dada ao seu quadro de funcionários.

Mediante a perspectiva apresentada nesta pesquisa, os resultados esperados basearam-se em identificar os fatores que afetam a cadeia têxtil e confeccionista com foco na gestão e mais especificamente na governança corporativa. Também se esperou reconhecer a razão do atual perfil da governança corporativa e os fatores que levaram o mesmo a construir esse quadro.

A maior expectativa desta pesquisa foi em reconhecer um perfil para a cadeia de vestuário distante da estrutura apresentada em outros setores de mercado (por exemplo, o mercado de Tecnologia da Informação, o qual está em grande ascensão). Mediante fatores históricos, políticos, econômicos e de mobilização, os resultados esperados apresentaram um quadro de dificuldade de fortalecimento do setor através de ações internas e métodos de gestão com o uso de ferramentas de governança corporativa que defendam a indústria confeccionista do descontrole da competitividade interna e a concorrência externa perante o enfrentamento dos produtos importados que degradem a cadeia têxtil e confeccionista.

Esta expectativa de resultados é baseada na literatura, através de estudos que demonstram o atual perfil dos modelos de gestão no século XXI. Essas indicam a necessidade de implementação e fortalecimento da governança corporativa como

a estratégia de sobrevivência competitiva em um mercado, o qual cada dia é mais complexo. Nesse sentido tem-se:

[...] características do cenário competitivo do século XXI também são dignas de nota. As fontes convencionais de vantagem competitiva, como as economias de escala e orçamentos de publicidade vultuosos, não têm a mesma eficácia no cenário competitivo do século XXI. Além disso, a mentalidade administrativa tradicional não é capaz de conduzir uma empresa à competitividade estratégica nesse cenário competitivo. Em seu lugar, os gestores devem adotar uma nova mentalidade – a que valoriza a flexibilidade, velocidade, inovação, integração e os desafios que surgem a partir de condições em constante fase de mudança. As condições desse cenário competitivo conduzem a um perigoso mundo de negócios, onde os investimentos necessários para conhecer em escala mundial são enormes e as consequências do fracasso são graves (HITT; IRELAND; HOSKISSON, 2003, p.12).

Além de modelos de gestão inadequados e ausentes de estrutura na cadeia têxtil e vestuário, espera-se reconhecer outros fatores que beneficiariam o setor e gerassem mais credibilidade por conta do mercado consumidor e profissional. Dentro desta análise, buscou-se o fator mais crítico e a ausência de métodos sustentáveis mais próximos de conceitos mais atuais com a abrangência de outros setores que não sejam somente relacionados a meio ambiente, assim como responsabilidade fiscal, social e econômica.

Como informação importante retificar-se a escassez de fontes literárias sobre o presente tema e área de pesquisa, gerando determinada redundância de informações em suas origens. Isso acontece pela mudança de perfil e informalidade que dificulta formas mais adequadas de documentar ações desse setor de extrema relevância para a indústria brasileira e paulista.

3 METODOLOGIA

O presente estudo se desenvolve basicamente pela pesquisa bibliográfica que fundamenta em duas questões sobre o universo da cadeia têxtil e confeccionista. Primeiramente o levantamento de referências que demonstram o universo da governança corporativa e sua inserção no nicho de estudo em questão. Posteriormente a ferramenta da sustentabilidade de forma ampliada através do Triple Bottom Line (TBL) ou Tripé da Sustentabilidade (ELKINGTON, 1998) como alternativa de normatização do setor.

Com as informações obtidas, é possível visualizar o panorama de algumas razões que elucidam a conjuntura que a cadeia têxtil e vestuário sofrem perante fatores pesquisados. Em fontes majoritariamente nacionais, é possível constituir a estrutura que forma essa importante cadeia dentro da indústria da transformação nacional. Mediante o levantamento dessas informações, se estabelece uma comparação dos dados estudados com a conjuntura relativa entre os anos de 2011 e 2013. Dessa forma, é possível usar dados atualizados pela velocidade de mudança de comportamento de conjunturas que sofrem influências da grande globalização política e econômica que o mundo atravessa e determinar hipóteses que levam ao quadro atual que a cadeia têxtil e confeccionista passa.

Com todos os dados coletados e comparados, demonstrar-se-á que há pesquisas sobre a abertura para o exterior iniciada na década de 90, assim como, na mesma fase, o interesse em pesquisa sobre as estruturas de governança corporativa e seus benefícios quando aplicados em empresas que necessitem de estruturação perante a distribuição de ações de gestão de forma adequada para todas as partes interessadas vistas. Em algumas referências são definidos como “stakeholders”, onde reconhece esses são as partes interessadas que se resumem em todos os parceiros que contribuem para uma organização (CHIAVENATO, 2010).

Existe uma dificuldade de se encontrar autores que discutem amplamente os temas relativos à governança corporativa no Brasil e mais especificamente no Estado de São Paulo referentes aos setores têxtil e confeccionista. Este mesmo tema é pesquisado em outros países que já possuem fundamentação e até normas e leis que regem a governança corporativa de forma aplicada. A BOVESPA (2000) possui uma iniciativa relativa à governança corporativa em seus índices. Em

dezembro de 2000 a Bolsa de Valores de São Paulo, em parceria com o IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), lançou segmentos especiais de listagem para as empresas presentes na Bolsa, desenvolvidos com o objetivo de proporcionar um ambiente de negociação que estimulasse, simultaneamente, o interesse dos investidores e a valorização das companhias. Assim, foram criados níveis diferenciados de governança corporativa, para os quais as empresas listadas na Bolsa podem, voluntariamente, aderir.

Baseado nos dados analisados é possível compreender melhor o tema desse estudo elucidando questões como: quais as razões que levam o declínio da força da indústria têxtil e confeccionista no Estado de São Paulo? O que gera a descrença por parte do mercado de trabalho no setor têxtil e confeccionista? Quais os modelos de gestão nacionais que a cadeia têxtil e confeccionista conhece ou está preparada para implementar? Estruturas de governança corporativa beneficiam todas as áreas de interesse? Estruturas de governança seriam benéficas para a melhoria e fortalecimento do setor? E se o mercado teria uma nova perspectiva com a implementação de sistemas adequados de governança ao setor.

Outras questões importantes seriam quais os fatores que levam a quebra da cadeia através da importação do produto final? Isso que prejudica todos os elos da corrente dentro da indústria de transformação têxtil e confeccionista? Dessa forma é mais fácil identificar se sistemas de governança corporativa, independente do porte da indústria, mas principalmente para as pequenas e médias empresas pulverizadas, são adequados no fortalecimento perante a perda das forças de industrialização no Brasil. Principalmente para o Estado de São Paulo que se destaca como o mais importante centro produtor, além de ser o centro intelectual e financeiro da indústria, pois concentra os principais ativos intangíveis, ou seja, concentra oficinas de prestação de serviço conhecidas como facções ou empresas terceiras na produção de roupas para grandes grifes (COSTA; ROCHA, 2009).

Para uma melhor compreensão de todos esses fatores, os dados históricos mencionados, segue uma linha do tempo que demonstra os pontos mais peculiares relativos à construção da indústria têxtil e confeccionistas no Brasil, enfatizando o papel da gestão e tomadas de decisão que as mesmas seguiram para atravessar o século XX e chegar aos dias atuais. Como o tema pode ser explorado por outras áreas como Administração, Marketing, Economia ou Estatística, alguns dados são

comentados de forma a manter o foco nas estruturas específicas aos ambientes em questão.

4 REVISÃO LITERÁRIA

Neste capítulo, é possível alinhar todos os objetos de estudo através de literaturas e outros documentos, a importância do tema e quais referências já abordaram o foco do projeto. A revisão busca apresentar pesquisas de diferentes autores que demonstrem o mesmo cunho perante o tema deste estudo. A pesquisa bibliográfica é um pré-requisito indispensável para o desenvolvimento e apresentação de um objeto de estudo (BARROS; LEHFELD, 2007).

4.1 Uma abordagem histórica a indústria têxtil e confeccionista no Brasil

É fato que o setor têxtil confeccionista vem sofrendo um forte movimento de desindustrialização o que pode ser analisado de forma muito específica nos compreendendo os fatores que levam a este fenômeno. Através de uma abordagem histórica é possível compreender os motivos que levam a desindustrialização desses setores. “Uma economia não se desindustrializa quando a produção industrial está estagnada ou em queda, mas quando o setor industrial perde importância como fonte geradora de empregos e/ou de valor adicionado para uma determinada economia” (OREIRO; FEIJÓ. 2010).

4.1.1 Dados históricos da indústria têxtil e confeccionista no Brasil

Um dos setores mais importantes na formação da indústria nacional, e principalmente na indústria paulista, a indústria têxtil tem sua formação muito bem descrita por Carlos Vieira¹:

[...] Poucos setores econômicos brasileiros são tão tradicionais e devem tanto aos imigrantes de todas as partes do mundo como o têxtil e confeccionista. Nossa indústria foi construída com o empenho e o sacrifício de milhares de brasileiros por adoção que deixaram suas terras em busca de oportunidades no Novo Mundo. Esses imigrantes ajudaram a fazer a pujança de uma indústria que, desde seus primórdios, tem sido muito importante para a economia nacional. Das máquinas e métodos rudimentares do século XIX às modernas indústrias do terceiro milênio, anos se passaram e muitas histórias ficaram na lembrança de pessoas que viram seus pais e avós trabalhando nas primeiras fábricas, ajudando com

¹ VIEIRA, C. **A história da indústria têxtil paulista**. São Paulo: Artemeios, 2007, p. 8

seu esforço e sua dedicação a construir as primeiras tecelagens do Estado de São Paulo. “E nessa verdadeira saga, esses pioneiros construíram também as cidades, trazendo para cá a cultura de todos os cantos do mundo.” Palavras descritas por Carlos Alberto Vieira, Presidente do Banco Safra (VIEIRA, 2007 *apud*, TEIXEIRA, 2007. p.8).

Desde a época da colonização até os dias de hoje, a indústria têxtil demonstra ser uma das grandes responsáveis pela potência industrial desenvolvida no Brasil. O sucesso do plantio em terras brasileiras provou que o Brasil seria uma grande potência têxtil. A produção nas províncias de Pernambuco, Pará, Maranhão, Bahia e Rio de Janeiro em 1800, geraram 11 milhões de quilos de algodão. Entre 1860 e 1865, foram em média 22 milhões de quilos. Entre 1865 e 1870, 45 milhões. E em 1874, 78 milhões de quilos de algodão. (TEIXEIRA, 2000).

Não foi encontrada nenhuma projeção da indústria confeccionista no século XVIII. A pouca produção que existia nessa fase era representada por alfaiates ou o que na época eram reconhecidos como artesãos. No Estado de São Paulo, o conhecimento destes alfaiates ainda possuía características de desconhecimento e métodos que gerassem uma boa projeção ao setor. Tanto que havia uma grande perda de demanda para o Rio de Janeiro que já apresentava alfaiates com mais conhecimento e melhor acabamento em seus produtos. A indústria têxtil tinha suas forças dedicadas à exportação, que demonstrava grande interesse pelas ofertas nacionais (MALERONKA, 2007).

No século XX em 1929, a grande crise que se abateu sobre a indústria mundial novamente propiciou ao Brasil um auto-estímulo, semelhante ao ocorrido na I Guerra Mundial, levando o país a substituir opções de importação por produtos produzidos internamente. E com a chegada mais tardia, na década de 40 da II Guerra Mundial, os turnos de trabalho foram aumentados dentro das indústrias têxteis, revertendo o quadro de importadores para exportadores, inclusive para o mercado Europeu e Americano. Desta forma, o número de funcionários entre 1920 e 1940 triplicou (COSTA; BERMAN; HABIB, 2000).

Entre 1920 e 1930, a indústria confeccionista era inexistente até então, pela ausência de competitividade que o mercado exigia. A produção de roupas era doméstica ou no máximo confeccionadas por alfaiates espalhados pela cidade de São Paulo. Ainda existia a concorrência com os alfaiates do Rio de Janeiro que apresentavam muito mais conhecimento e qualidade em suas roupas, gerando uma

demanda maior do eixo Rio - São Paulo que se tornava uma grande rota industrial e política nesta fase (MALERONKA, 2007).

A fase da II Guerra Mundial foi de suma importância para a indústria têxtil. O momento de concentração dos países envolvidos com a guerra permitiu um fortalecimento da indústria interna, mesmo porque esses mesmos países, até então exportadores têxteis, perderam espaço para a indústria bélica. Nessa fase o Brasil tinha grande participação no mercado têxtil mundial, exportando entre 1942 e 1947 aproximadamente 20 mil toneladas de tecidos e 2,5 mil toneladas de fios, gerando aproximadamente U\$ 60 milhões (SILVA, 2012).

Também, somente após a II Guerra Mundial, a indústria confeccionista começa a ganhar projeção. O Brasil começa a abrir espaço para a moda e seguimento de tendências, apresentando ao público novas opções de escolha, aumento de demanda e o aumento de produção de novos itens do vestuário, o que consequentemente também aumentou a escala de produção. Surgem cursos apresentando mesclas entre técnicas de alfaiataria, modelagem e costura. O SENAI, pioneiro na disponibilização destes cursos (figura 2) aumenta a escala de formação de profissionais com preparação para uma área que hoje faz parte de boa parcela da indústria de transformação nacional (MALERONKA, 2007).

Figura 2 - Aprendizes do curso de confecção de roupas da Escola SENAI do Brás em 1947

Fonte: MALERONKA, 2007

O século XX foi marcado por importantes mudanças que geraram um grande crescimento para a indústria têxtil. O vapor foi substituído pela eletricidade e permitiu a implementação de equipamentos mais modernos, rápidos e eficientes, fazendo com que o Brasil acompanhasse as tendências mundiais onde, gerando a possibilidade desenvolvimento de tecidos sintéticos. Também possibilitando a uma maior abertura para o mercado da moda que já apresentava ícones como Gil Brandão e Denner entre as décadas de 1950 e 1960 (SILVA, 2012).

Porém, com o término da II Guerra Mundial, o mercado paulatinamente se normalizou e o mercado nacional novamente foi aberto para a importação, desprovendo o setor de estrutura em vários aspectos, o que derrubou as exportações e fez crescer novamente as importações. De uma média de 24 mil toneladas de tecidos de algodão exportadas entre o período de 1942 a 1947 caíram para 1.596 toneladas em 1951, e nos anos seguintes se reduziram a praticamente a zero as exportações. Sem investimentos no setor, os equipamentos tornaram-se obsoletos, enfraquecendo mais ainda esse ramo (COSTA; BERMAN; HABIB, 2000). O pós-guerra demonstrou a fragilidade e desconhecimento que as lideranças do setor tinham. O fortalecimento do setor dependia da continuidade de esforços que mantivessem a exportação. Mas a indústria perdia a segunda posição de maior produtor mundial do setor têxtil demonstrando ser um país ainda subdesenvolvido. Os países desenvolvidos considerados antes potências industriais retomavam suas produções impedindo o Brasil de exportar com facilidade. Equipamentos obsoletos e mão de obra desqualificada resultavam em produtos de má qualidade. Em 1960 a produção de algodão caiu para US\$ 4 milhões e a exportação de fios regrediu para duas mil toneladas, assim como a de tecidos e artigos similares (SILVA, 2012).

Somente próximo aos anos 70, o Brasil começa a crescer gradativamente, com medidas de incentivo fiscais adotadas pelo CDI (Conselho de Desenvolvimento Industrial) e o ramo têxtil recebeu fortes investimentos, possibilitando adotar novas e modernas tecnologias. Assim sendo, as exportações cresceram novamente (COSTA; BERMAN; HABIB, 2000).

Em reunião realizada em 1968 na sede do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo, o então ministro da Fazenda, Antônio Delfim Neto, desafiou o setor a exportar 100 milhões de dólares por ano em manufaturados

têxteis, os quais haviam alcançado apenas 42 milhões de dólares em 1970, deslanchando continuamente, atingindo US\$ 535 milhões em 1975, US\$ 916 milhões em 1980, US\$ 1,0 bilhão em 1985, US\$ 1,2 bilhão em 1990 e US\$ 1,5 bilhão em 1992 (TEIXEIRA, 2000).

Mas a chegada aos anos 90 também mudou o panorama das importações. O novo governo, empossado em 1990, aprofundou as mudanças no regime de importações do país, iniciadas em 1988, com destaque para a eliminação das restrições não-tarifárias, a manutenção da redução gradual das alíquotas de importação, agora através de um cronograma de redução tarifária, e a abolição da maior parte dos regimes especiais de importação (AZEVEDO; PORTUGAL, 2000). Posicionando o panorama mais atual que existe da indústria têxtil, demonstra uma desindustrialização, com um crescimento das importações e diminuição das exportações na maioria das situações. Estes dados são mais facilmente visualizáveis na tabela 1 a seguir que apresenta dados entre 2007 e 2011 de acordo com o relatório Brasil Têxtil 2012 produzido pelo IEMI (PRADO, 2012).

Tabela 1 - Panorama de mercado exterior da indústria têxtil entre 2007 e 2012

Item de importação ou exportação (US 1.000)	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Importação de fibras e filamentos têxteis	843.856	881.784	715491	998.447	1.429.572	1.074.302
Exportação de fibras e filamentos têxteis	738.777	912.150	836.960	1.057.627	1.800.569	2.310.250
Importação de Fios, tecidos, malhas e especialidades	1.556.432	2.060.905	1.850.270	2.732.986	3.097.014	3.025.938
Exportação de Fios, tecidos, malhas e especialidades	971.232	934.601	662.925	797.009	898.524	818.624

Fonte: PRADO, 2012

Em detalhamento da tabela 1, o maior volume de exportação de fibras e filamentos têxteis está em itens considerados “commodities”. Geralmente, fibra de algodão, que apresenta baixo valor agregado, enquanto o volume de fibras artificiais e outros filamentos e fibras mais complexas com mais valor agregado são menos exportados. Essa situação perante a importação se inverte com a importação de mais itens com base artificial o que gera uma saída maior de valores do país resultando em uma balança comercial desfavorável na indústria têxtil.

O panorama da indústria do vestuário no Brasil apresenta uma queda excessiva do volume de exportação e um aumento exacerbado da importação como pode ser visto na tabela 2, com uma diferença maior de quase sete vezes de importação de itens em relação à exportação (PRADO, 2012), o que demonstra o processo de desindustrialização que o setor vem apresentando.

Tabela 2 - Panorama do mercado exterior da indústria confeccionista entre 2007 e 2012

Item de importação ou exportação (US 1.000)	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Importação de artigos confeccionados	621.144	907.927	931.195	1.336.036	2.096.075	2.597.479
Exportação de artigos confeccionados	669.389	593.364	408.984	429.370	334.095	270.809

Fonte: PRADO, 2012

4.2 O panorama da indústria têxtil

Esse capítulo apresenta o panorama da indústria têxtil no mundo, posicionando a indústria nacional e suas especificações internas. Também elucida o quadro empregatício e mercadológico e sua ligação com o próximo elo da cadeia: a indústria confeccionista.

4.2.1 O panorama Têxtil no Mundo e posicionamento do Brasil

O atual panorama da indústria têxtil mundial apresenta resultados que formam o atual perfil do setor. Os fatores formadores são adquiridos através da análise de resultados sobre a conjuntura econômica e produtiva da indústria têxtil. A crise econômica mundial, iniciada no fim de 2008, reduziu sucessivos aumentos no consumo mundial de fibras têxteis. Essa situação pode ser mais bem elucidada através da figura 3 que demonstra consumo mundial de fibras têxteis entre 1950 e 2009 (PRADO, 2012).

Figura 3 - Consumo mundial de fibras têxteis

Fonte: PRADO, 2012

Indiferente ao consumo de fibras, também se faz necessário analisar a origem de produção desses itens que compõe este atual quadro. A aceleração de fatores globalizadores iniciada na década de 80 gerou uma emigração de produção de grandes pólos têxteis como Estados Unidos, União Européia e Japão para emergentes da Ásia e mais recentemente Leste Europeu, Norte da África e Caribe. Atualmente aproximadamente 49% da produção geral de têxteis é feita em Hong Kong na China (ABIT, 2013).

Tabela 3 - Produção Mundial de Têxteis em toneladas

Países	1.000 ton.
1º China	33.231.000
2º Índia	5.500.000
3º Estados Unidos	3.620.000
4º Paquistão	2.660.000
5º Brasil	2.089.000

Fonte: ABIT, 2013

Esses resultados ficam cada vez mais evidentes quando se analisam mais detalhes sobre o mercado de principais países exportadores (figura 4). Mais uma vez a frente, a China lidera com 28, 21% com destaque para Hong Kong que não está somada a valores da China e aparece separadamente perante os principais países exportadores em 2011; se somados atingiriam 31,51% do mercado mundial e um total de US\$ 108.707 milhões. O Brasil está em vigésimo terceiro lugar com a participação de 0,83% do cenário mundial (PRADO, 2012).

Figura 4 - Principais países exportadores de têxteis de 2011.

Fonte: PRADO, 2012

Em relação ao mercado de importação de têxteis, a China novamente aparece em primeiro lugar (figura 4). Mas este resultado a coloca com principal indústria de manufatura para o mundo, onde a diferença entre a importação e exportação deixa um saldo positivo de retenção de US\$ 63.286 milhões. Os Estados Unidos aparece segundo lugar com um volume de US\$ 26.465, quadro que em 2009 era de liderança nas importações. Em 2011, o Brasil aparece em décimo nono lugar com o volume de US\$ 4.901, quadro que em 2009 ocupava o vigésimo primeiro lugar com a quantia de US\$ 2.730 milhões (IMEI, 2012).

Se estima que nos próximos 5 anos, o comércio de têxteis e confeccionados atinja no mundo o patamar de US\$ 856 bilhões, sendo que o Brasil em 2012 participou apenas com 0,6% deste valor. O crescimento projetado é de aumento de US\$ 170 bilhões de comércio de têxteis entre 2012 e 2014 perante o mundo, tendo a frente a China que detém aproximadamente 28,34% de participação em distribuição de têxteis de manufatura para o mundo (ABIT, 2012).

4.2.2 O panorama do setor Têxtil no Brasil

Especificamente, o setor têxtil, faz parte montante da cadeia têxtil e de vestuário no Brasil. Existem diversos segmentos que compõe a cadeia têxtil.

Internamente a indústria Têxtil segue muitos passos que levam as mãos do consumidor os itens de consumo que podem ser visualizados através da figura 5.

Figura 5 - Estrutura da Cadeia Têxtil e de Confecção

Fonte: ABIT, 2013

Dentro da indústria têxtil existem dois grandes segmentos que podem ser divididos em produção de fibras e filamentos químicos e naturais. Dentro desses dois segmentos, a discrepância entre as quantidades de empresas apontam uma grande defasagem em relação ao consumo final demandado pelas indústrias confeccionistas. Dentro da indústria de fibras e filamentos, em valores totais, existem apenas 23 unidades, uma produção de 335.500 toneladas/ano e US\$ 1,3 bilhões de valor de produção. Na produção de têxteis, são 4.929 empresas produzindo 2.011.000 toneladas/ano e com o valor de produção de US\$ 25,8 bilhões (PRADO, 2012).

Quando as médias desses dois grandes setores são apresentadas, há uma grande pulverização para têxteis naturais e uma grande concentração para o segmento químico. Na indústria de fibras e filamentos químicos a média é de produção de 15.000 toneladas/ano para as 23 unidades, sendo um valor de

produção de US\$ 56,5 milhões por empresa. Na produção de têxteis naturais são 408 toneladas/ano para as 4.929 empresas com o valor de produção médio de US\$ 5,2 milhões (PRADO, 2012).

O processo de desindustrialização e aumento de volume de importação fica mais aparente quando se analisa o decréscimo entre 2009 e 2012 anos perante o mercado interno da indústria têxtil. A evolução com relação ao ano anterior aponta aumento de 4,3% em 2012, diminuição de 14,9% em 2011, diminuição de 4,2% em 2012 e novamente uma diminuição de 2,83% (janeiro) de produção em 2013 (APIMEC, 2013).

Fatores históricos apontam formam a atual conjuntura do setor têxtil no Brasil e a influência que este setor tem sobre suas coligadas ou até mesmo sofre cadeias a frente desse setor. O atual panorama apresenta um quadro de desindustrialização vertente desses fatores influenciadores. De acordo com Rowthorn e Ramaswamy (1999), a desindustrialização pode ser causada por fatores internos e externos a uma determinada economia. Os fatores internos seriam as mudanças na relação entre a elasticidade renda da demanda por produtos manufaturados e serviços e o crescimento mais rápido da produtividade na indústria do que no setor de serviços. Os fatores externos estão relacionados ao grau de integração comercial e produtiva das economias, resultado do estágio alcançado pelo processo de “globalização”.

Apesar dos processos de desindustrialização, de acordo com a ABIT (2013), o Brasil está em 5º lugar em têxteis com 3,07% e 2.089.000 toneladas de itens do gênero em geral. Dentro do PIB nacional a indústria têxtil apresenta 3,0% de participação e juntamente com a indústria de vestuário ocupa o segundo lugar com 16,5% de geração de empregos formais da indústria nacional, o que representa mais de 8 milhões de empregos diretos.

Outro fator que demonstra a desindustrialização do setor está no número de empresas por segmento que demonstra que não houve acompanhamento em relação a demanda de mercado. Esses dados podem ser facilmente visualizados pela tabela 4. Esses dados forma acrescidos de empresas de malharia, tricotagem e artigos técnicos industriais, os quais em geral não fazem parte da cadeia de vestuário.

Tabela 4 - Empresas por segmento

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Fiações	383	417	419	426	432	438
Tecelagens	593	596	601	583	579	586
Malharias	2.421	2.511	2.442	2.527	2.515	2.639
Beneficiamento	723	949	1.056	1.133	1.119	1.266
Total	4.120	4.473	4.158	4.669	4.725	4.929

Fonte: PRADO, 2012

Relativa à distribuição de produção no território nacional, o Sudeste ainda se destaca como principal região produtora por questões logísticas, mercado consumidor de atacado e varejo, o que elucida a importância da atual pesquisa que especifica a região do Estado de São Paulo como foco (tabela 5 e figura 6). Mesmo com a migração de algumas indústrias para outras regiões, por motivos como redução de impostos e custo de produção por mão de obra mais abundante e barata, a região Sudeste ainda permanece como líder de produção no segmento.

Tabela 5 - Evolução da participação das regiões na produção de Têxteis

	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		C.Oeste	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Fiações	1,2%	1,2%	33,5%	37,7%	38,6%	36,0%	26,0%	22,3%	0,7%	2,8%
Tecelagens	2,2%	1,9%	18,1%	19,4%	63,6%	58,5%	15,2%	17,5%	0,9%	2,7%
Malharias	0,2%	0,7%	7,3%	17,6%	34,9%	48,3%	56,4%	29,1%	1,1%	4,1%
Média	1,2%	1,3%	19,6%	24,9%	45,7%	47,6%	32,5%	23,0%	0,9%	3,2%

Fonte: PRADO, 2012

Figura 6 - Distribuição regional da produção têxtil nacional.

Fonte: PRADO; PRADO, 2013

4.2.3 O panorama empregatício da indústria Têxtil no Brasil

O quadro de desindustrialização nacional fica mais evidente quando os dados do quadro empregatício formal são analisados. Com a pulverização das grandes indústrias e o aumento do volume de importação, o total e a média das empresas de empregos formais demonstram a busca de itens confeccionados acabados importados, o que leva a uma notória diferença entre a demanda de consumo do mercado e o crescimento de vagas nas indústrias. A redução de empresas de grande porte para médio e pequeno porte dentro da indústria têxtil confirma esta observância (PRADO; PRADO, 2013).

Tabela 6 - Evolução do quadro empregatício da cadeia têxtil. Média e Total das empresas nos anos de 2010 e 2011

Ano de 2010				Ano de 2011			
Fibras / Filamentos		Têxteis		Fibras / Filamentos		Têxteis	
Total	Média	Total	Média	Total	Média	Total	Média
11.500	500	338.000	72	11.000	478	329.000	67

Fonte: PRADO, 2012

Atualmente a indústria têxtil apresenta apenas 3,3% de participação da indústria de transformação que quando somada com a indústria confeccionista representa 16,4% da indústria de transformação nacional, ou seja, apenas 20,12% da cadeia da indústria têxtil e confeccionista no Brasil. Em número de empregos formais representam 333.992 empregos formais em 2012 (ABIT, 2013). Na tabela 7 é possível identificar o quadro entre 2006 e 2010 de pessoal ocupado por segmento na indústria têxtil nacional no total e na média.

Tabela 7 - Quadro de pessoal ocupado na indústria Têxtil nacional entre 2006 e 2011 (Total / Média)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Fiações	79.422 / 207	78.318 / 188	75.889 / 181	76.385 / 179	77.607 / 180	75.512 / 172
Tecelagens	102.216 / 172	101.102 / 170	101.870 / 170	101.472 / 174	102.299 / 177	100.048 / 171
Malharias	118.292 / 49	122.138 / 49	121.753 / 50	120.122 / 48	113.275 / 45	109.877 / 42
Beneficiamento	30.064 / 42	39.880 / 42	41.205 / 39	41.605 / 37	45.146 / 38	43.385 / 34
Total / Média	329.994 / 80	341.438 / 76	340.717 / 75	339.584 / 73	338.327 / 72	328.822 / 67

Fonte: PRADO, 2012

4.2.4 O mercado consumidor de têxteis no Brasil

De acordo com o relatório do IEMI (PRADO, 2012), a produção brasileira de têxteis em 2011 foi de 10,4 quilos por habitante (somando o consumo interno de filamentos e fios). Nesse mesmo ano, o consumo atingiu 13,6 quilos por habitante, demonstrando que essa diferença entre a produção e o consumo por habitante, indicando que parte do consumo interno foi suprida pelo alto volume de importações.

Outro indicativo de desindustrialização foram alguns indicativos entre 2000 e 2011 demonstrados pelo IBGE e PRADO (2012). A renda média per capita cresceu 32,9%, enquanto que o crescimento populacional foi de 12,7%. Já a produção interna de têxteis se apresentou negativa em -7,9% enquanto o consumo por habitante foi de 24,0% maior. Esse quadro pode ser mais facilmente visualizado na tabela 8.

Tabela 8 - Dimensões do mercado, produção e consumo per capita de têxteis no Brasil entre 2006 e 2011

Ano	Habitantes (em 1.000)	Renda Média (em R\$/hab.)	Produção/Habitante (kg)	Consumo/Habitante (kg)
2000	171.280	15.099	11,3	11,0
2001	173.588	15.094	10,1	9,6
2002	175.858	15.295	9,6	9,1
2003	178.063	15.279	9,3	8,3
2004	180.190	15.961	10,3	9,7
2005	182.224	16.281	10,0	9,8
2006	184.157	16.748	10,5	10,8
2007	185.983	17.594	10,7	11,7
2008	187.698	18.333	11,0	12,7
2009	189.,306	18.060	10,9	12,8
2010	190.733	19.265	11,6	14,7
2011	193.075	20.073	10,4	13,6
2012	194.066	21.269	9,9	13,3
Var.12/00	13,3%	40,9%	-12,9%	20,8%

Fonte: PRADO, 2012

Quando isolados os dados de renda “per capita” e consumo de têxteis por habitante, fica evidente a discrepância entre o volume de demanda de mercado do consumidor final. Este apresentou um aumento de renda média muito e consumo altos, acima do crescimento populacional, e uma queda de produção de artigos têxteis.

4.3 O panorama do setor confeccionista

Esse capítulo apresenta o panorama da indústria confeccionista no mundo, posicionando a indústria nacional, suas especificações internas e a situação mediante a cadeia têxtil. Também elucida o quadro empregatício e mercadológico e sua relação com o mercado consumidor de varejo.

4.3.1 O panorama do setor confeccionista no mundo e posicionamento do Brasil

Quando observado o quadro geral do mercado Mundial de têxteis e confeccionados, a visão é promissora. Entre 1990 e 2011, a indústria confeccionista têxtil somada com a indústria confeccionista saltou de US\$ 212,5 bilhões para US\$ 756,3 bilhões. Somente a crise econômica afetou o mercado negativamente em 2009. O restante dos fechamentos anuais são todos positivos. Estes dados podem ser mais facilmente visualizados na figura 7 (PRADO, 2012).

Fonte: PRADO, 2012

Semelhante aos dados históricos da indústria têxtil, a indústria confeccionista de vestuário apresenta novamente a China como líder mundial no segmento de produção de confeccionados (tabela 9). Em posição separada novamente, apesar de praticamente pertencer à China, Hong Kong é um caso em específico que quando

somado a produção da China, fica mais bem posicionado do que no quadro da indústria têxtil (ABIT, 2013).

Tabela 9 - Produção Mundial de Confeccionados em Toneladas

Países	1.000 ton.	%
1º China	19.709	48,96%
2º Índia	2.819	7,00%
3º Paquistão	1.535	3,81%
4º Brasil	1.169	2,90%
5º Turquia	1.070	2,66%

Fonte: ABIT, 2013

Mediante as exportações, novamente a indústria confeccionista da China lidera com mais margem do que a sua própria indústria têxtil (figura 8). A liderança chinesa se isola mais pelo fato de Hong Kong, pertencente a China, se apresentar de forma específica por ser o maior polo de indústria confeccionista do mundo. Perante os principais países exportadores de confeccionados do vestuário, Hong Kong está em 2º lugar com a participação de 7,04% do mercado (PRADO, 2012).

Figura 8 - Principais países exportadores de têxteis de 2011

Fonte: PRADO, 2012

Esses mesmos dados da figura 8 apontam a distância do Brasil das primeiras posições de exportação de confeccionados de vestuário. Em apenas septuagésimo-sexto lugar o Brasil tem como principal mercado consumidor a Argentina, país que apresenta quadro de instabilidade econômica internacional (ABIT, 2013).

Ainda fazendo parte montante da estrutura logística da cadeia têxtil e vestuário, o setor confeccionista nacional demonstra uma balança negativa quando posicionada entre o “ranking” de importação de confeccionados do vestuário perante o quadro internacional (figura 9). Sua posição sobre para trigésimo-sexto lugar com US\$ 1.721 milhões de itens acabados. O líder de importação é o Estados Unidos, que importa o volume de US\$ 81.514 milhões de dólares representado 20,79% do mercado (PRADO, 2012).

Figura 9 - Principais países exportadores de têxteis de 2011

Fonte: PRADO, 2012

Ainda cabe ressaltar que no quadro internacional de importação, a China se apresenta atrás do Brasil. Somente Hong Kong, caso específico de indústria, está à frente do Brasil ocupando o sétimo lugar com US\$ 16.091 milhões de itens confeccionados importados (figura 9). Isso demonstra que o Brasil perde em sua balança comercial posições, o que evidencia fator negativo para a indústria nacional.

4.3.2 O panorama do setor Confeccionista no Brasil e em São Paulo

Como citado anteriormente, ainda no sentido montante da cadeia têxtil e de vestuário no Brasil, mas já mais próximo do varejo, a indústria confeccionista apresenta um quadro mais participativo na indústria nacional em relação à indústria têxtil.

Com um total de 9.574.644 milhões de peças produzidas, no ano de 2011, houve um aumento de 10,57% de produção em relação ao ano de 2007. Quando mensurado em valores, o aumento é mais representativo. São US\$ 63.3 milhões em 2011 contra US\$ 37.6 milhões em 2007, representando um aumento de 40,61% (PRADO, 2012).

Esse aumento não representa exatamente crescimento industrial. Em relação à demanda, o volume de importação cresceu entre 2007 e 2011 aproximadamente quatro vezes mais, saltando de US\$ 48,7 milhões para US\$ 1,721 milhões (ABIT, 2013).

O aumento do volume de importação de itens acabados do vestuário tem levado as grandes empresas a se diluírem no mercado, impulsionadas pelas grandes grifes que buscam produções mais pontuais e de menor quantidade. O aumento de empresas de pequeno e médio porte retira uma boa fatia das grandes indústrias que diminuem sua participação de mercado (figura 10). Somente entre 2007 e 2011, 134 empresas de grande porte fecharam as portas para a indústria confeccionista de vestuário, gerando o aumento de pequenas e médias empresas jovens para o mercado (PRADO, 2012).

Tabela 10 - Distribuição por porte na indústria confeccionista do vestuário

Porte	2007	2008	2009	2010	2011	Participação
Pequenas ^{'1'}						
Nº de Fábricas	16.201	16.842	17.898	18.302	19.197	69%
Produção 1.000/pçs	2.064.288	2.091.796	2.070.332	2.096.115	1.197.853	21%
Médias ^{'2'}						
Nº de Fábricas	6.274	6.631	6.866	6.962	7.568	27%
Produção 1.000/pçs	3.012.544	3.213.143	3.280.972	3.388.614	3.373.181	35%
Grandes ^{'3'}						
Nº de Fábricas	801	865	882	912	935	3%
Produção 1.000/pçs	3.484.157	3.938.337	4.038.912	4.363.960	4.228.610	44%
Total						
Nº de Fábricas	23.276	24.338	25.666	26.176	27.700	100%
Produção 1.000/pçs	8.560.989	9.243.276	9.390.216	9.848.689	9.574.644	100%
Nota: ^{'1'} Pequenas de 5 a 19 funcionários						
^{'2'} Médias entre 20 e 99 funcionários						
^{'3'} Grandes acima de 99 funcionários						

Fonte: PRADO, 2012

Em valores totais, a indústria confeccionista produziu ao fim de 2011 uma média de 69 toneladas por empresa e 1.900 milhões de toneladas no total,

representadas por 27.700 empresas formais em funcionamento gerando o valor de médio de US\$ 2,3 milhões por empresa e total de US\$ 63,3 bilhões em valores de produção (PRADO, 2012).

Justificadamente, conforme dados da tabela 11, novamente destaca-se a região sudeste e em específico o Estado de São Paulo, representando quase metade da produção de artigos confeccionados no Brasil (PRADO, 2012).

Tabela 11 - Evolução da participação das regiões na indústria confeccionista

	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		C.Oeste	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Artigos confeccionados	2,9%	0,7%	15,9%	17,6%	49,9%	48,3%	27,3%	29,1%	4,0%	4,2%

Fonte: PRADO, 2012

Nota-se uma leve migração do sudeste para o centro-oeste, o qual não apresenta ser não um dos maiores polos confeccionistas do país (tabela 11 e figura 10). Há uma grande mudança de confecções da capital para cidades do interior paulistano, que ofertam melhores condições tributárias relativas aos impostos municipais, mão de obra mais barata e outros benefícios como espaço e logística. No entanto em geral quadro de maior produção permanece dentro do Sudeste. Outro item que deve ser observado é um leve aumento de participação da região do Nordeste, que apresenta um pequeno crescimento de 1,8% na participação de produção de confeccionados entre 2006 e 2011. Tal movimento é gerado por incentivos fiscais locais e mão de obra mais barata, o que impulsiona os donos das indústrias a levarem suas empresas para esses outros estados do Nordeste, mesmo aumentando expressivamente o seus custos logísticos.

Figura 10 - Distribuição regional da produção têxtil nacional

Fonte: PRADO; PRADO, 2013

A concentração de produção do vestuário na região Sudeste não é fator minimizador de importação de artigos acabados que vão direto para prateleiras de empresas de varejo. Diversos fatores influenciam as empresas de comércio a buscarem artigos acabados no exterior, o que marginaliza a indústria nacional. Conforme mostrado na figura 11, somente entre 2003 e 2013 o volume de importação de vestuário aumentou vinte e três vezes, acompanhando a demanda de consumo impulsionada pelo crescente de renda da população brasileira, diminuição da taxa de desemprego e permanência da inflação (IBGE, 2011). Em detalhes, a figura 11 demonstra o crescimento da importação de itens do vestuário desde o ano de 2003.

Figura 11 - Aumento de importação do vestuário entre 2003 e 2013

Fonte: ABIT, 2013

Outro fator importante que impulsiona o aumento da demanda é a correção de preços do vestuário, que se apresenta como fator importante para manter a inflação estável dentro da economia brasileira. A correção de preços do vestuário em 20 anos de Plano Real corresponde a menos de 60% da inflação acumulada no período (ABIT, 2013).

Mesmo com todas as informações demonstradas anteriormente o Estado de São Paulo ainda apresenta a maior força de participação que é responsável por 29% da Indústria brasileira como pode ser visto na figura 12 (PRADO; PRADO, 2013). Exceto Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo que são Estados, o restante da imagem são regiões, o que demonstra o destaque do Estado de São Paulo.

Figura 12 – A participação de alguns Estados na indústria confeccionista no Brasil

Fonte: PRADO; PRADO, 2013

4.3.3 O panorama empregatício da indústria Confeccionista no Brasil

A indústria confeccionista nacional apresenta um quadro peculiar perante a conjuntura em que se encontra. Juntamente com a indústria têxtil, representa o segundo lugar em geração de empregos formais da indústria nacional (ABIT, 2013). Porém, se observada de forma mais próxima, esta posição no “ranking” empregatício esconde fatos que preocupam a sobrevivência do setor.

Com um total de 1,316 milhões de empregos e média de 48 empregados por empresa (PRADO, 2012), a indústria confeccionista passa por uma fase de reestruturação do setor, onde muda seu perfil de grandes indústrias para pequenas e médias em formação. Novos formatos de gestão e planejamento de produção perante a demanda são os novos desafios da indústria confeccionista nacional.

A indústria confeccionista representa 16,4% da indústria de transformação nacional, ou seja, apenas 79,88% da cadeia da indústria têxtil e confeccionista no Brasil. Em número de empregos formais representam 1.645.087 empregos formais em 2012. (ABIT, 2013). Na tabela 12 é possível identificar o quadro entre 2006 e 2010 de pessoal ocupado por segmento na indústria têxtil nacional no total e na média.

4.3.4 O mercado consumidor confeccionista no Brasil.

O relatório do PRADO; PRADO (2013), a produção brasileira de confeccionados em 2012 foi no total de 1.867.910 de toneladas somando os segmentos de vestuário, meias e acessórios, linha lar e artigos técnicos, como apresentado na tabela 12. Assim como a indústria têxtil o consumo interno, respectivamente a indústria do vestuário apresenta uma determina queda e estagnação perante o volume o aumento da renda do brasileiro apresentado na tabela 8.

Em comparação com a figura 11 que demonstra o crescimento em 23 vezes no volume de importação de itens confeccionados, a tabela 12 demonstra o consumo estagnado no consumo de tecidos pela indústria nacional em todos os segmentos, o que aponta negativamente no enfrentamento da concorrência internacional.

Tabela 12 – Consumo de tecidos na confecção entre 2008 e 2012 (em toneladas)

Segmento / Ano	2008	2009	2010	2011	2012
Vestuário	1.136.938	1.146.940	1.245.266	1.232.312	1.180.860
Meias/Acessórios	23.775	23.619	25.939	25.959	25.959
Linha lar	368.487	384.840	380.564	350.199	362.913
Artigos técnicos	309.190	296.069	319.101	313.540	290.178
Total	1.838.390	1.851.428	1.970.870	1.922.010	1.867. 910

Fonte: PRADO; PRADO, 2013

4.4 A cadeia têxtil e confeccionista

Historicamente o setor sofre com o comportamento mercadológico que sempre está em busca de melhorias pontuais, sem se preocupar com o futuro da cadeia ou do próprio quadro de colaboradores. Dessa forma, o setor apresenta uma característica de ausência de mecanismos comerciais dinâmicos que promovam a defesa diante dos concorrentes comerciais desleais ou protejam a concorrência do país frente às importações com “dumping” e/ou subsidiadas. A falta desses mecanismos de defesa comercial poderia trazer divergências, gerando um processo de conflito, na medida em que toda a cadeia seria afetada na sua competitividade, se um elo entrasse em crise (KELLER, 2004).

Tais ações são motivadas por uma série de fatores que distanciam o comportamento destas gestões de modelos mais próximos de outros setores mais organizados. A justificativa está presente na conjuntura que a cadeia apresenta através do enfrentamento desvantajoso que o Estado de São Paulo passa perante os volumosos índices de importação e a informalidade. Esses passam por cima de toda a cadeia interna, prejudicando a arrecadação e manutenção das indústrias. Apenas 5% da mão de obra de Caruaru, maior produtora de jeans para a região do Brás em São Paulo trabalha em condições formais. A credibilidade empregatícia do setor diminui e necessita demanda de formação capacitada e habilitada para atuar de forma estruturada. Portanto, outro fator está em um estudo referenciado do comportamento de modelos de gestão e governança corporativa, que podem ofertar alternativas que trariam nova salubridade à cadeia Têxtil e do Vestuário, setor de grande importância para o Estado de São Paulo e para o nosso país (BARCELLOS, 2012).

Presente há aproximadamente 200 anos no país, historicamente a indústria do têxtil e vestuário sempre foi atuante, ao ponto de se tornar a 2ª maior indústria de transformação do Brasil no século XX. Para a cadeia têxtil, o faturamento de 2012 foi de US\$ 56,7 bilhões, tendo 32.600 empresas com mais de cinco funcionários. É respectivamente a 5ª maior produtora têxtil e 4ª maior produtora de confeccionados do mundo. No comércio exterior em 2012, sem contar com a fibra de algodão, apresentou exportações de US\$ 1,28 bilhão contra US\$ 6,60 bilhões de importações, o que gerou uma balança negativa de US\$ 5,32 bilhões. Os investimentos são da ordem de US\$ 10 bilhões nos últimos cinco anos. A produção média foi de 9,8 bilhões de peças ao ano com 1,658 milhão de empregados formais diretos representados por 75% de mão de obra feminina. Isto faz do setor o 2º maior empregador da indústria de transformação brasileira. Nesta mesma sequência, o Brasil é o 2º maior produtor e 3º maior consumidor de “denim” ou jeans do mundo. Representa 16,4% dos empregos da indústria de transformação e cerca de 5,5% do PIB industrial brasileiro (TEXBRASIL, 2013).

Estes resultados indicam o desenvolvimento, positivo e negativo, o qual podem ser relacionados diversos aspectos, tais como meio ambiente, acadêmico e mercado de trabalho, que devem ser analisados de forma individual e posteriormente em conjunto. Quando reunidos em um único termo aproximam-se

muito de um conceito atual que o de Sustentabilidade. Elkington (1998) trouxe à tona a teoria que sustentabilidade, não se refere somente a natureza ou meio ambiente e sim também às esferas sociais e econômicas.

O conceito de sustentabilidade vem se expandindo e também podem ser compreendido como um “conceito sistêmico, relacionado com a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e da sociedade humana” (AMATO NETO, 2011). Esta nova visão encaixa-se perfeitamente com a situação que a indústria do têxtil e vestuário vive. Dados tão positivos deveriam refletir em resultados sustentáveis. Mas não é o que se visualiza na prática ao tentar-se adentrar ao mundo da governança corporativa na seção a 4.5.

4.4.1 Uma visão Macro da cadeia têxtil e confeccionista

Para o público consumidor final, conhecer a cadeia completa que existe nos “bastidores da moda”, que se faz presente entre a cadeia têxtil e do vestuário, é algo que normalmente não tem importância para quem dá mais atenção às tendências ou imagens que são transmitidas pelos meios de comunicação e mídias de massa.

O que o consumidor tem por percepção são as diferentes opções visualizadas através das ofertas das grandes marcas, apresentam uma gama imensa de diversos produtos, gostos e estilos para atingir uma parcela muito grande de preferências. Portanto, em geral, não há importância sobre a origem do produto que pode ter sido originado com mão de obra nacional, estrangeira ou até fabricado totalmente no exterior, sendo que muitas vezes ainda ganha o status de produto importado.

De forma resumida, as próximas seções explicam os diferentes caminhos que os produtos têxteis e do vestuário passam até chegar às mãos dos consumidores. Eles podem ser muitos e ir além dos caminhos que serão apresentados, mas em escala de volume, os mais importantes meios de produção e comércio estarão descritos a seguir na seção 4.4.2.

4.4.2 Produção legítima e os caminhos adversos da cadeia têxtil e confeccionista

A antiga indústria nacional têxtil e do vestuário possui diversos caminhos para fazer seus produtos chegarem às mãos do consumidor. Mas é tipicamente unida pela necessidade de produtos complementares. Uma roupa não pode ser produzida sem um tecido e um tecido em sua maioria tem por fim a produção de um item do vestuário ou similar. A visualização dos passos entre a cadeia têxtil/vestuário até as mãos do consumidor final é demonstrada através da figura 13 e elucida como funciona a essencialmente esta cadeia (SILVA, 2012).

Fonte: Adaptado por Fábio Murcia Marques. Programa São Paulo Design, 2010

Desta forma os produtos que chegam as mãos do consumidor final passam por todas as camadas montantes e jusantes, gerando todos os insumos e necessidades para que a indústria nacional seja completamente acionada em suas capacidades e habilidades montadas. Somente o maquinário de manufatura dos

produtos é importado, o que fortalece as relações internacionais, permitindo a abertura de caminhos para o comércio exterior. Dessa forma, a cadeia se fortalece gerando trabalho e levando ao consumidor itens que passaram pela legítima cadeia nacional da indústria têxtil e do vestuário (SILVA, 2012).

Na direção inversa do demonstrado, a produção atual demonstra-se algumas rotas inversas dos caminhos que a cadeia têxtil e do vestuário tomam quando são colocados em questão os interesses e razões políticas adotadas para que se sobressaíam intenções de gestão que podem “pontualmente” favorecer a conjuntura das indústrias que se valem de outros meios, principalmente mediante as situações disponíveis no mercado. Isto é facilmente visualizado através da queda de participação dessa indústria no total da indústria de transformação no PIB nacional. De 2004 até 2011, o PIB caiu consecutivamente de 19,2% de participação para 14,6% de participação (EXAME, 2012).

A situação mais comum que pode ser encontrada no mercado atual que é uma rota onde grandes empresas, que já possuem acesso à importação, criam uma estrutura para solicitar produtos acabados diretamente de indústrias estrangeiras. Em geral, dos maiores concorrentes que as indústrias nacionais possuem atualmente: os países Asiáticos. Os mesmos dedicam investimentos desde a idealização do produto até a solicitação por representantes presentes no país demandado para não cometer falhas, já que a importação de um produto leva ao menos 60 dias de transporte marítimo, porém mais viável no custo em relação ao produto nacional. Isto gera uma quebra da cadeia que compromete desde a agricultura no plantio do algodão até a última camada montante de confecções nacionais (ABIT, 2011).

Foi citado anteriormente, o aumento de vinte e três vezes da importação de produtos acabados do ano de 2003 a 2013, assim é notório que empresas que possuem acesso à importação, ofertem produtos com um custo inferior a toda cadeia da indústria nacional. Ao demandar itens do exterior, as empresas solicitantes fogem completamente da cadeia nacional, eliminando as chances de favorecer a cadeia da indústria interna (ABIT, 2013).

Figura 14 - A quebra da cadeia têxtil-confeccionista com acesso direto ao consumidor final.

Fonte: Adaptado por Fábio Murcia Marques, 2013

Outro fator é que as maiorias das mudanças de comportamento da gestão, perante decisões de mercado, estão baseadas na conjuntura atual, que demonstra apenas pontualmente vantagens, mas que apesar de serem aparentemente positivas, historicamente acabam degradando a indústria interna. Devido ao agravamento de problemas sociais e ambientais por todo o planeta – desemprego, exclusão, poluição, exaustão de recursos naturais, dentre outros problemas, e à dificuldade dos governos de solucioná-los, as forças da sociedade estão passando por um processo de reorganização. É nesse contexto que as empresas sentem a pressão para adotarem uma postura socialmente responsável na condução dos seus negócios (COUTINHO; SOARES, 2002).

Outro caminho é o da informalidade. O alto custo de produção, gerado pela grande imposição de impostos e taxaões, provoca ações de fuga de pequenas facções que usam de métodos ditos como “politicamente incorretos” para amenizar a pressão das mesmas grandes empresas que podem comprar destas pequenas facções ou solicitar importações. O problema da informalidade está nas consequências que as mesmas podem gerar, como falta de arrecadação para o

governo e a devolutiva de condições e políticas de protecionismo ao setor (BARCELOS, 2012).

O processo varejista de vestuário ainda não sofre o mesmo declínio decorrente da alta de mercado geral que o nosso país passa. A projeção de consumo por habitante entre 2011 até 2014 acompanha a renda por habitante que pode crescer até 50% neste período (ABIT, 2013). Mas há uma natural substituição do produtor nacional pelo produtor externo em todas as fases da cadeia. Ao mesmo tempo em que naturalmente dever-se-ia produzir fios com a abundância de recursos naturais que o Brasil oferta, produz o tecido e o manufatura efetivando seu beneficiamento e remanufaturamento através da indústria confeccionista. Esta cadeia é anulada em todas estas fases quando um item de vestuário é importado como pode ser visualizado na figura 14. Os processos de desindustrialização são notórios. A indústria nacional têxtil sofreu uma queda no PIB de aproximadamente 12% entre 1985 e 2010 (ABIT, 2012).

O consumidor final não visualiza essa quebra de cadeia, pois o mesmo não dá importância se o produto comprado é importado ou nacional. Por não ter conhecimento em geral que a compra de um item importado quebra a cadeia completa da indústria nacional, considera irrelevante esta informação. Em pesquisa feita em parceria da ABIT com o Ministério do Desenvolvimento, grande parte dos consumidores demonstrou desconhecimento sobre a origem do item que adquire. Apenas 23% dos consumidores verificam se o item que estão adquirindo é importado. Na mesma pesquisa, apenas 7% prefere produto nacional aos importados (ABIT, 2011).

Mais recentemente surgiu um novo caminho que está compartilhando espaço no mercado e ganhando mais adeptos, mesmo com oscilações fortes e altas do dólar: moeda gestora da formação de preço do mercado mundial. São os turistas que estão saindo do país de malas vazias e voltando com malas lotadas de diversos itens, onde o principal foco está no vestuário. Em 2012, turistas brasileiros trouxeram para o Brasil em suas malas aproximadamente 300 milhões de peças novas de vestuário e acessórios para uso próprio e vendas informais. Essa quantidade daria para vestir aproximadamente 8,5 milhões de pessoas por um ano inteiro em relação à média de consumo atual de itens do vestuário (BARROS, 2014).

De acordo com a ABIT² (2014 *apud* BARROS, 2014), vinte por cento dos gastos dos brasileiros no exterior são com roupas. Em 2013, dados mensurados indicam que o valor de itens do vestuário que ultrapassaram as fronteiras do Brasil nas mãos de turistas nacionais chegou a aproximadamente cinco bilhões de dólares. Renato Jardim³ (2014 *apud* BARROS, 2014), gerente da área internacional e de economia da ABIT afirmou que “a carga tributária, a infraestrutura, a burocracia e, evidentemente, a taxa de câmbio deixam o produto brasileiro, não só as roupas mas os produtos e serviços em geral, um pouco mais caros do que àqueles que a gente encontra no exterior”.

4.5 Governança Corporativa

Segundo Garcia (2005), a governança corporativa trata do conjunto de instrumentos de natureza pública e privada, que incluem leis, normativas expedidas por órgãos reguladores, regulamentos internos das companhias e práticas comerciais, que organizam e comandam a relação, em uma economia de mercado, entre controladores e administradores de uma empresa, de um lado, e aqueles que nela investem recursos por meio de valores mobiliários por ela emitidos, como, entre outros, os acionistas minoritários e debenturistas.

Em sociedades democráticas, as instituições de governança do Estado são inseridas de acordo com o exercício da cidadania toma maiores proporções e práticas. As sociedades inferem os mecanismos a qual seus governantes são observados, através de um conjunto de regras, resultado da participação de diferentes integrantes sociais. O exercício e o cumprimento da Lei são uma função tanto de normas legais reais como da necessidade informal exercida pela sociedade no cumprimento dessas Leis. Parte da evolução institucional da sociedade surge conforme o sistema democrático se consolida e amadurece (MACHADO FILHO, 2006).

Na visão de Carvalho (2002), a governança corporativa é um conjunto de mecanismos criados para que o controle atue efetivamente em benefício das partes

² ABIT. Brasileiros batem recorde de gastos no exterior no mês de setembro, 2014. Jornal da Globo.

³ JARDIM, R. Brasileiros batem recorde de gastos no exterior no mês de setembro, 2014. Jornal da Globo.

com direitos legais sobre a empresa, minimizando o oportunismo. O autor afirma que sua adoção visa agregar valor para os acionistas, contribuindo para a minimização dos problemas de gerência.

Abordagens mais recentes descrevem inúmeras contribuições teóricas sobre a governança, na qual remetem ao interesse da comunidade científica, na mudança de padrão dos estilos de governar, sendo usualmente utilizada como sinônimo de governo. A governança corporativa se dá com a adoção dos princípios da transparência das informações, da equidade, da prestação de contas e da responsabilidade corporativa, contribuindo para a continuidade e o crescimento das empresas ao longo do tempo. Sua adoção visa aumentar o valor da sociedade, facilitar seu acesso às fontes de capital e contribuir para a sua perenidade. O grande desafio, para os acionistas, é implementar um modelo de governança que possibilite à empresa, de um lado, maximizar o retorno sobre o capital investido e, de outro, promover o alinhamento dos interesses de gestores e acionistas (SILVA FILHO et al., 2008).

Governança possui diversas formas de compreensão e significados. Mas, de forma genérica, o consenso mais comum de governança são “os diversos estilos de governo, seja em ambientes privados ou públicos, a qual se deve adequar da melhor forma à empresa em questão”. Em qualquer ambiente que o poder de decisão é transferido ou compartilhado, surge de forma maior ou menor, uma diferença informacional. Em uma empresa privada ou pública, clube, associações, cooperativas, universidades, existirão conflitos de interesses derivados da delegação de algum tipo de poder. Isso significa que “alguém” governa em nome de “alguém” que delegou direitos para o exercício de poder. Na sua essência, a governança reduz as assimetrias e conflitos de interesses à delegação de poder (MACHADO FILHO, 2006).

O conceito de governança corporativa vem crescendo e ganhando maior importância a partir da década de 90. Essa intensificação deve-se, principalmente, às mudanças como a abertura de mercado, a maior dificuldade de obtenção de financiamento e o aumento da competitividade, que trouxeram a necessidade de acesso das empresas ao mercado de capitais. (SIQUEIRA; KALATIZIS, 2010).

Steinberg⁴ (2003 apud. SILVA FILHO et al., 2008), avalia as implicações da gestão corporativa sobre a vida das urbanizações. Afirmar que ela é um recurso estratégico para a sobrevivência da empresa, bem como um instrumento que visa tornar concreta a ética na vida empresarial. Isso porque os princípios da gestão corporativa, independentemente do setor ou do mercado em que a empresa atua, podem ser empregados por grandes, médias ou pequenas corporações, tanto de capital aberto quanto de capital fechado, em sociedades por ações ou limitadas por quotas.

Mas independente do tipo de porte, níveis organizacionais e hierárquicos existentes dentro da empresa, a governança corporativa enquadra-se perfeitamente dentro das instituições. Depende da mobilização sistêmica que envolva de forma equilibrada estes níveis e camadas. Segundo Bernhoeft e Gallo (2003), a governança corporativa pressupõe um conjunto de práticas que disciplinam, o processo de tomada de decisão e acompanhamento da gestão de negócios, oferecendo instrumentos capazes de solucionar vários problemas existentes em empresas familiares, podendo abrir espaços para uma efetiva profissionalização e perpetuação da empresa familiar e seus distintos componentes.

Decorre daí que governança corporativa é um modelo de gestão que busca compatibilizar os interesses dos acionistas e dos administradores. A governança pressupõe, também, a adoção de mecanismos internos, como o Conselho de Administração, O qual deve ter uma participação ativa e independente, e de mecanismos externos, como a divulgação de informações sobre a empresa, que harmonizemos interesses de acionistas e gestores (SILVA FILHO et al., 2008).

Portanto a governança corporativa é um modelo de gestão que induz à adoção de elevados padrões de condução da empresa, envolvendo aspectos como responsabilidade dos gestores, o papel e a composição do conselho de administração, as práticas financeiras contábeis e trabalhistas, o fluxo de informações, as quais devem ser transparentes e precisas, e a igualdade de direitos entre os acionistas. A utilização de um modelo de governança corporativa deve levar, de um lado, a uma melhor avaliação da empresa por parte do mercado (SILVA FILHO et al., 2008).

⁴ STEINBERG. Ética, responsabilidade social e governança corporativa. Campinas: Alínea, 2008.

Andrade e Rosseti (2006), afirmam que os elementos chave da governança corporativa envolvem em primeiro lugar, os valores formados pela equidade, transparência, prestação de contas e conformidade no cumprimento de normas reguladoras, Chegando bem próximo ao código das Melhores Práticas, proposto pelo IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa). Em segundo lugar está no relacionamento entre as partes interessadas, sobretudo no tocante à minimização dos conflitos da agência, por meio da melhora do relacionamento entre acionistas e gestores, e, ainda, entre os interessados internos e externos à empresa.

4.5.1 A governança corporativa e o “outsourcing”

No mundo a governança corporativa atinge novos patamares que se estendem a partir da simples filosofia de gestão, a qual envolve somente os “stakeholders” internos. Atualmente a prática da governança busca estender seus limites e fronteiras através de parcerias e trocas mercantis que aumentam a capacidade de atendimento a demandas cada vez maiores e exigentes. De acordo com Gereffi, Humphrey e Sturgeon (2005), a Governança se estende a um conjunto de instituições e atores envolvidos na realização de bens e serviços na busca de ofertar garantias de sua realização. Inclusive perante as regras de distribuição dos custos e ganhos entre os interessados, gerando mecanismos solucionadores e redutores de conflitos internos e perante a demanda, resultante de trabalho de parceria entre gestores e colaboradores de todas as instituições envolvidas com o processo.

Dessa forma se torna necessário agregar mais membros dentro desse complexo sistema, mesmo que atuante em qualquer porte empresarial. O “outsourcing” é a prática de transferir, dentro de uma cadeia de negócios, a capacidade de produção manufaturada ou prestação de serviços tangíveis e intangíveis, repassando um ou mais estágios, formando um conjunto de fornecedores confiáveis que viabilizem uma demanda e ofertando lucro adequado a todos envolvidos nesse processo (DI SERIO; SAMPAIO, 2001).

O que é conhecido por “outsourcing” em literaturas estrangeiras é nomeado comercialmente no Brasil como terceirização. Essa é uma alternativa a uma série de fatores às vezes estudados pelas empresas na busca de reduzir custos, estender ou

ampliar sua capacidade de atendimento através do uso de empresas parceiras ou viabilizar prestações que não estão dentro das capacidades instaladas nos seus empreendimentos e respectivos ativos fixos. Quando o cliente é atendido dessa forma, o intuito da terceirização é agregar valor para o cliente buscando obter uma vantagem competitiva mais duradoura e eficaz perante a concorrência (VERNALHA; PIRES, 2005).

A grande busca de diversidade e opções que a demanda do consumidor final apresenta atualmente impulsiona as empresas a mudarem o seu perfil de trabalho. Surge a dificuldade de atender a todas as demandas de um segmento que desconhece origem, forma de desenvolvimento do produto ou necessidades para a produção que atendam as suas expectativas. Mediante a um mercado altamente concorrencial, sistemas de distribuição de serviços externos às fronteiras da empresa geram novas possibilidades para diversas segmentações dentro de um setor tão amplo como é o têxtil e do vestuário. Essa seria outra razão para uma grande pulverização de micro e pequenas empresas que atendem pequenas fatias de mercado, mas que representam grande retorno se bem atendidas. Esse quadro pode ser mais bem compreendido através da figura 15, a qual demonstra nitidamente o aumento de empresas do setor têxtil e confeccionista, porém com queda na média de quantidade de funcionários por empresa, o que caracteriza a pulverização do setor para pequenas e médias empresas (PRADO; PRADO, 2013).

Figura 15 – Comparativo do setor Têxtil e Confeccionista entre quantidade de empresas, e número médio de pessoal ocupado por empresa (média entre os anos de 2008 e 2012)

Fonte: PRADO; PRADO, 2013 - Adaptado por Fábio Murcia Marques

Existem outras razões que indicam a necessidade do outsourcing no ramo têxtil e confeccionista, tais como: acesso à tecnologia, custos e valor de aquisição. Empresas, que analisam o ciclo de vida de alguns equipamentos perante a demanda e tendências de mercado, podem optar por terceirizar determinadas etapas da produção que podem não se repetir a médio ou longo prazo. Mas quando estabelecida uma análise através de mecanismos específicos e gerenciamento dos fornecedores seguindo critérios adequados, também se encontra a necessidade de terceirização por capacidade produtiva ocupada e busca de atendimento dos clientes empresa acima dessa capacidade instalada, procurando braços extensores e oficinas de trabalho conhecidas como facções. Facção é um termo lexicografado, ou seja, que apresenta uma nova leitura de forma mais abreviada do termo confecção de roupas (DE SOUSA LIMA, 2009).

Comumente no Estado de São Paulo, as facções são empresas sem marca que remetem a um sistema de subcontratação comum na Inglaterra no século XVIII, também conhecido como "*putting-out systems*" ou "*workshop systems*". É

exatamente o oposto dos sistemas tradicionais onde os funcionários da mão de obra direta atuam internamente na fábrica (conhecido como “*factory system*”). Assim como sua origem, o sistema de facção permite que o trabalhador use seus próprios equipamentos e local de trabalho, executando processos completos ou etapas de processos demandados de outras indústrias manufatureiras, trabalhando para si mesmos, determinando suas horas e métodos de trabalho. Geralmente o pagamento é feito por peça executada. A informalidade e os parâmetros de controle de qualidade, eficiência, custos e preço de venda são os grandes delimitadores de crescimento de uma área que foi desacreditada que sobreviveria dentro do capitalismo concorrencial dos sistemas atuais (LAZERSON, 1993).

Perante a informalidade se compreende que a governança corporativa busca trazer mais transparência nos formatos de gestão entre os acionistas, colaboradores e pessoas envolvidas de forma direta e indireta nos processos administrativos e de gestão. De acordo com Rodrigues e Malo (2006), governança corporativa surgiu “como um termo para definir um sistema de ações no nível organizacional que garantisse a direção, controle e transparência das ações dos administradores, em face dos interesses dos acionistas ou proprietários”. Sendo assim, ferramentas de governança elucidariam formas de sistematizar e normatizar padrões de gestão perdidos em meio ao caos atual do segmento têxtil e confeccionista.

De acordo com Lambert (2006), os critérios de “outsourcing” em relação a governança, possui modelos de gestão que são específicos para estabelecer parcerias entre as camadas de trabalho desde o sentido montante quanto o jusante logístico. Dessa forma se torna mais seguro estabelecer sistemas de parceria com terceiros. Relacionamentos de parceria entre fornecedores de qualquer camada apresentam três tipos distintos de parceria perante a governança:

- Tipo I: ambas as empresas parceiras envolvidas se reconhecem como parceiras e estabelecem mutuamente os limites de coordenação conjunta de planejamento e atividades. Esse tipo de parceria é curta e envolve somente determinadas divisões ou áreas funcionais dentro das empresas envolvidas na parceria.
- Tipo II: as empresas envolvidas na parceria dentro da cadeia de fornecimento trabalham juntas na coordenação e planejamento de várias atividades,

mantendo a parceria com uma longa duração e envolvendo diversas divisões de ambas empresas parceiras. Nesse caso a longa durabilidade se dá pelo sucesso circunstancial e não por pretensões de duração.

- Tipo III: a pretensão de sucesso e envolvimento de ambas as partes é explícita. A integração operacional, coordenação de atividades, planejamento operacional e administração dos resultados são mutuamente acompanhados objetivando o sucesso de todos envolvidos. Desde o início, a pretensão é de uma longa parceria que resulta até em acordos contratuais e comerciais de fidelização e exclusividade.

Portanto, Lambert (2006) afirma que para se estabelecer uma parceria de sucesso por ambas às partes, seja empresa solicitante, fornecedora ou prestador de serviço, é necessário que ambos se conheçam com relação aos níveis necessários e que demonstrem interesse de interatividade de durabilidade para a parceria. Para a indústria têxtil, e em específico para a confeccionista, é a junção dos elos da cadeia que podem usar inúmeras ferramentas de logística e cadeia de suprimentos para manter estável o atendimento às demandas.

4.5.2 A governança corporativa no Brasil

Segundo Lodi⁵ (2000 apud. SILVA FILHO et al., 2008) no Brasil, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) entende que Governança Corporativa é o sistema que assegura aos sócios-proprietários o governo estratégico da empresa e a efetiva monitoração da diretoria executiva. A relação entre propriedade e gestão se dá por meio de conselho de administração, auditoria independente e conselho fiscal, instrumentos fundamentais para o exercício do controle. A boa governança assegura aos sócios equidade, transparência, responsabilidade pelos resultados e obediência às leis do país.

De acordo com o Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC existem quatro princípios que estão presentes na maioria dos modelos: transparência (*Disclousure*), Equidade (*Fairness*), Prestação de Contas

⁵ LODI. Ética, Responsabilidade social e governança corporativa. Campinas: Alínea, 2008.

(*Accountability*) e Responsabilidade Corporativa (*Compliance*), os quais podem ser transformados em diversos modelos de acordo com os conceitos que a empresa possui relativos aos seus modelos de gestão (ALVARES; GIACOMETTI; GUSSO, 2008).

Sendo a transparência um dos principais fatores, esta refere-se ao compromisso que a administração deve ter de informar, ou seja; ela deve ter não só a obrigação, como desejo de informar. E a informação não deve estar restrita aos aspectos econômicos e financeiros, mas dizer respeito a tudo o que possa ser de interesse dos acionistas e de todos os “stakeholders”, o que conduzem à criação de valor. A equidade envolve a responsabilidade de dar um tratamento igualitário a todas as partes minoritárias, sejam acionistas ou “stakeholders” (SILVA FILHO et al., 2008)

As empresas brasileiras estão inseridas em um contexto de concorrência crescente, pela globalização da economia. A abertura econômica e, em consequência, a entrada de novas empresas no mercado passaram a exigir das empresas de capital nacional maior eficiência e transparência, tanto na gestão como no relacionamento entre os gestores e os acionistas. Decorre daí a importância de um modelo de governança corporativa que seja adaptável a cada tipo de empresa, respeitando os seus princípios básicos (SILVA FILHO et al., 2008)

O modelo de governança corporativa para as empresas brasileiras verificou que o acionista de menor percentual é pouco protegido. Em empresas de gestão familiar, alguns poucos investidores, alinhados por meio de acordo de acionistas, tomam todas as decisões relevantes. Quanto aos acionistas minoritários, estes têm poucas possibilidades de participação. Além disso, muitas vezes ocorre sobreposição dos papéis do gestor e de investidor (SILVEIRA, 2002).

Ainda não há nitidez sobre a função dos conselhos de administração, que representam apenas os interesses dos acionistas controladores. Além disso, os conselhos de administração necessitam de mais embasamento profissional e de uma estrutura formal compatível com os desafios da economia que está cada vez mais globalizada. Os conselhos de administração das empresas brasileiras de controle familiar caracterizam-se pela ausência de comitês para tratar de questões fundamentais para a sobrevivência das firmas, tais como auditoria e sucessão. Logo os conselhos de administração deixam de cumprir os seu papel, que é de fixar sua

orientação estratégica para a empresa e controlar os gestores em benefício de todos os acionistas (SILVEIRA, 2002).

O empresário brasileiro méido é ainda reticente ao processo de abertura de capital e divisão de controle de sua empresa, mesmo que, em muitas situações, essa reticência limite ou até inviabilize o empreendimento. Some-se a isso a necessária adequação da empresa para adotar padrões mais elevados de transparência e prestação de contas, processos de auditorias, entre outras normas legais. Sintomaticamente, se por um lado os avanços institucionais legais propiciam uma maior segurança aos investidores, por outro forçam a empresa desenvolver padrões gerais de governança mais elevados (MACHADO FILHO, 2006).

Diversas iniciativas, para proteger com mais eficácia os acionistas minoritários e fatores que possam gerar a descapitalização destas empresas, foram tomadas como novas ordens perante o conselho administrativo, iniciativas institucionais e governamentais com aprovação de Leis perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a criação do Novo Mercado pela Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), com um setor específico para a Governança Corporativa. Isso permite que empresas se credenciem perante o cumprimento de determinados parâmetros, mantendo-se habilitadas em sua participação neste setor no mercado de valores de capital aberto. Mas a iniciativa mais relevante foi a formação do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) em 1995. Com novas revisões em 2002 e 2003, lançou o *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*. Através deste documento ampliou os direitos dos acionistas minoritários e levou as empresas a agirem com mais transparência em relação aos acionistas e “stakeholders” envolvidos com a empresa e sua atuação no mercado (MACHADO FILHO, 2006).

4.5.3 A governança corporativa na cadeia do Têxtil e Confeccionista

Teoricamente as empresas privadas usam de mecanismos de governança para saber delegar poderes de forma mais adequada. Em tese, a empresa nasce, cresce e ganha determinadas proporções nas quais o dono da empresa não consegue mais cuidar sozinho das necessidades desta. Nesse momento, ele deve delegar poderes e é nesse instante que iniciam as estruturas de governança. A empresa que detém o conhecimento sobre o formato mais adequado de

aproximação da gestão e dos colaboradores, cria um ambiente sistêmico que permite obter mais informações internas da sua situação. Estas informações, quando acrescidas dos dados de mercado, são de grande valia para a empresa que as aplica (MACHADO FILHO, 2006). Mas há alguns fatores peculiares dentro do mundo industrial confeccionista que dão outra visão a respeito dos dados positivos do setor.

É fato que houve crescimento dentro da indústria do vestuário de 2003 à 2013. Mas esse crescimento é de certa forma obrigatória para uma indústria que queira acompanhar o aumento do consumo e demanda do consumidor final. Mesmo porque, caso a indústria interna não absorva essa fatia, a indústria de outros países está pronta e esperando essa abertura para assumir o lugar neste grande mercado de consumo. Aliás, é exatamente o que acontece gradualmente no momento. Em relatório apresentado pela ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção), a balança comercial brasileira está do setor têxtil e confeccionista é apresentada cada vez mais negativa, com déficit de US\$ 5.200 milhões entre os volumes de importação, os quais são muito maiores que os de exportação (ABIT, 2011). Desta forma, há a possibilidade dos países asiáticos tomarem a indústria nacional, por apresentarem às grandes grifes nacionais empresas com acesso à importação, produtos com qualidade e preços extremamente competitivos. Estes dados podem ser mais bem visualizados no gráfico na figura 16 no relatório do Panorama do Setor Têxtil e de Confecções que elucida os dados da ABIT (2011).

Figura 16 - Balança Comercial Brasileira do Setor Têxtil e de Confeção de 2011.

Fonte: ABIT, 2011

Em relação aos termos de responsabilidades sociais, econômicas e ambientais, aspectos ligados a origem destes produtos importados, as informações são de difícil acesso para o consumidor final ou na maioria das vezes omitidas para os mesmos que só visualizam os produtos nas prateleiras. Mas é fato que a indústria nacional ainda produz em maioria os itens comercializados no Estado de São Paulo. Este destaca-se como o mais importante centro produtor, além de ser o centro intelectual e financeiro da indústria, pois concentra os principais ativos intangíveis (moda, marketing, etc.) e o controle das atividades produtivas nacionais. Na cidade de São Paulo, está o varejo de luxo, com lojas nacionais (Zoomp, Forum, Rosa Chá, etc) e internacionais (Louis Vuitton, Giorgio Armani, Hugo Boss, etc), além das duas maiores concentrações nacionais de confecções e lojas atacadistas, os bairros do Brás e Bom Retiro. Outro pólo importante desse Estado é a cidade de Americana, que apresenta elevado desenvolvimento tecnológico e é especializada na produção de tecidos artificiais e sintéticos (BNDES, 2008).

Porém como enfrentar essas barreiras e aproximar os colaboradores dessas empresas, ditas “facções”, de uma forma mais amena e competitiva? A chave pode estar na governança corporativa, a qual passa por um delicado momento. Pode-se usar como referência um grande polo industrial como exemplo do setor: o Bairro do Bom Retiro, situado próximo ao centro da cidade de São Paulo, muito famoso por possuir muitas confecções, lojas de vestuário e lojas de equipamentos de industrialização. Está sempre à frente de outros no país por ser um dos primeiros pólos de vestuário a apresentar novidades do setor. Mesmo porque historicamente, desde o século XIX, o Bom Retiro e bairros adjacentes como Brás e Luz, demonstram pioneirismo na formação de estruturas organizacionais. Maleronka (2007, p.43) relata:

[...] Um exemplo curioso de integração profissional e de adaptação dos judeus é fornecido por Salomão Triezmelina. Chegado da Polônia no período que antecedeu a Revolução de 1930, instalou no Bom Retiro, em 1934, uma fábrica, a General Modas, que se tornou uma confecção tradicional de roupas para senhoras. Em depoimento de 1983 para a revista Vogue, relatou o industrial que iniciou sua confecção com apenas seis máquinas e alguns funcionários. Definia os modelos que seriam os modelos que seriam confeccionados em cada estação conforme as inovações da moda. Criados os moldes, os tecidos eram riscados, cortados e distribuídos para costureiras que trabalhavam em domicílio ou para oficinas suburbanas montadas para receber as encomendas das fábricas do Bom Retiro. Na pequena empresa, de maneira geral o proprietário desempenhava o papel de trabalhador, acumulando uma série de tarefas ligadas ao negócio.

As grandes quantidades de confecções presentes levam o bairro a apresentar um perfil quase que exclusivamente dedicado a essa área. Porém o bairro já passou por diversas fases que o tornou hoje este grande centro de referência, buscado por diversas empresas do interior do Estado de São Paulo, assim como de outros Estados do Brasil. Desde a abertura das importações no governo Collor, o setor sofreu diversos impactos positivos e negativos. Positivamente, com relação ao acesso a máquinas de costura industriais a custos mais baixos, também produzidos por países como China, facilitaram a abertura e crescimento de novas pequenas indústrias que antes enfrentavam a concorrência de grandes empresas de renome que tinham grandes parques industriais e eram intocáveis em sua posição. Estas mesmas grandes indústrias passaram a usar da prestação de serviço destas pequenas empresas, ditas facções. Produzem de forma terceirizada para as

empresas de renome que através da contratação destes diversos prestadores de serviço, conseguem satisfazer a uma gama maior de demanda ao invés de manter um único parque industrial a custos muito mais elevados. Toda esta retórica é para explicar a situação da governança nestas empresas. De acordo com Rego (2000, p. 184).

[...] a abertura da economia brasileira intensificou-se a partir de 1990. O esgotamento do modelo de substituição de importações e a crescente desregulamentação dos mercados internacionais contribuíram para uma reestruturação da economia brasileira, influenciada pela redução das tarifas de importação e eliminação de várias barreiras não-tarifárias. A tarifa nominal média de importação, que era de cerca de 40%, em 1990, foi reduzida gradualmente até atingir seu nível mais baixo em 1995, 13%.

Nas grandes empresas, a tendência é diminuir seu quadro funcional decrescendo o número de funcionários de suas fábricas. Estas empresas grandes, já apresentavam estrutura adequada adotadas no que se refere a governança corporativa. Já as pequenas facções, que pulverizaram-se no setor, não apresentam o mesmo perfil. Enfraquecidas por diversos fatores como o grande mercado concorrencial interno e estrangeiro, a tentativa desenfreada de melhorar resultados e fugir das taxações impostas pelas esferas públicas para industrialização e comércio, fez com que as mesmas tentassem usar de práticas que acabaram gerando descrença no mercado de trabalho do setor. A informalidade raramente pode ser estudada por fugir de dados concretos que deveriam alimentar bases de dados verossímeis como afirma Silveira (2006, p. 33).

[...] algumas mudanças ocorridas nos anos noventa, como o aumento da competitividade decorrente da maior estabilidade econômica e abertura de mercado, além da maior dificuldade de obtenção de financiamento estatal, têm levado as empresas brasileiras a uma necessidade crescente de acesso aos mercados de capitais nacionais e internacionais. Esta necessidade de obtenção de recursos ao menor custo possível tem motivado as empresas a adotarem novas práticas de governança corporativa, pressionando o atual modelo de governança brasileiro, principalmente nos aspectos de maior consideração dos interesses dos acionistas minoritários, maior transparência das informações ao mercado e profissionalização do Conselho de Administração.

A gestão do setor fica comprometida por exigências e pressão de resultados, para a sobrevivência e crescimento no mercado concorrencial. Fatores que distanciam estas empresas de se estruturarem de forma adequada a oferecer uma

governança mais próxima dos conceitos corretos da sua ordem. No setor social, é notório que não há incentivo aos colaboradores, principalmente à mão de obra, no que se refere à formação de competências através do uso de centros acadêmicos de excelência. Sendo assim, os baixos salários praticados e a governança mal praticada, distancia o mercado de trabalho interno das funções mais importantes dentro da indústria do vestuário. Assim os possíveis candidatos buscam outros setores mais interessantes e promissores como Administração e Sistemas de Informação, áreas extremamente procuradas atualmente.

Além destes fatores, a busca incessante de redução de custos para melhorar as margens de lucro, levam estas pequenas empresas a buscarem a informalidade, que pode ser encontrada através de mão de obra estrangeira, que muitas vezes, entrando no país de forma ilegal, encontram uma vida melhor que em seu país de origem, mas nem sempre da forma prometida, como pode ser visto em um documentário apresentado pela Rede Globo no Programa Profissão Repórter exibido em 07 de agosto de 2012 (BARCELLOS, 2013).

4.5.4 ABVTEX – Uma alternativa de normatizar a Governança no Setor

Em função de diversos casos de irregularidades e modelos de gestão inadequados, em 1999 foi fundada certificação da ABVETEX (Associação Brasileira do Varejo Têxtil), a qual representando as principais redes de varejo que comercializam vestuário, bolsas e acessórios de moda, cama, mesa e banho. A Certificação de Fornecedores - ABVTEX tem por objetivo permitir ao varejo certificar e monitorar seus fornecedores quanto às boas práticas de responsabilidade social e relações do trabalho (ABVTEX, 2010).

Através de seus princípios, que são ética e respeito à legislação, apoiando ações que visem a responsabilidade social, a formalização nas relações comerciais e o combate à concorrência fraudulenta, a ABVTEX vem trabalhando a oferta da certificação com o próprio nome (certificação ABVETEX), que busca através de uma série de regras auditadas, estabelecer modelos de estrutura organizacional mais adequados e corretos. Essas são ferramentas que o mercado de varejo está usando na tentativa de normatizar o setor que se encontra em fase crítica na questão de governança. Cada vez mais os parques industriais de vestuário

fragilizam-se e se rendem a prestação de serviço de micro e pequenas empresas em formação. Essas micro e pequenas empresas não ofertam a garantia de permanência responsável sobre a prestação de serviço que lhes são demandadas. Podem trabalhar em formatos incondicionais ou até repassando seus pedidos para outros terceiros com condições de trabalho inadequados, comprometendo a qualidade total em relação ao produto com a exposição negativa da empresa solicitante (ABVTEX, 2010).

A certificação ABVTEX prevê a realização de auditorias independentes para o monitoramento de práticas, compromissos e aspectos de gestão ligados aos seguintes temas: trabalho infantil, trabalho forçado ou análogo ao escravo, trabalho estrangeiro irregular, liberdade de associação, discriminação, abuso e assédio, saúde e segurança do trabalho, monitoramento e documentação, compensação, horas trabalhadas, benefícios, monitoramento da cadeia produtiva e meio ambiente. O objetivo da vertente de Capacitação é desenvolver e apoiar os fornecedores e seus subcontratados para se adequarem à Certificação de Fornecedores ABVTEX. A certificação dá início a um importante processo a favor da estruturação da cadeia têxtil. A iniciativa significará a abertura de novas e boas oportunidades de negócios para quem tiver a qualificação, dando condições para que grande parte da cadeia atue com melhores condições de trabalho, respeito à legislação e demais aspectos ligados à responsabilidade social (ABVTEX, 2010).

Como a capacitação também está ligada a mudança de comportamento e cultura organizacional, esses fatores influenciam nos parâmetros da governança que deve se adaptar aos novos métodos de trabalho, adquirindo mais conhecimento para disseminar a cultura da sustentabilidade em todas as suas esferas conforme o “Triple Bottom Line”, já que desta forma nenhum dos seus âmbitos seria relegado abandonado. Isto em razão da Certificação de Fornecedor ABVTEX.

4.6 Sustentabilidade

Diversos conceitos sobre sustentabilidade exaltam o meio ambiente como principal foco. O termo mais correto estaria na conjugação de desenvolvimento sustentável. Este abriga um conjunto de paradigmas para o uso dos recursos que visam atender as necessidades humanas. Este termo foi criado em 1987 no

Relatório Brundtland da Organização das Nações Unidas. Foi estabelecido que desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades (TORRESI; PARDINI; FERREIRA, 2010).

Mais recentemente outros conceitos sobre sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável têm sido estudados e comentados, formulando novas concepções, eliminando barreiras que restrinjam a sustentabilidade a algo relacionado exclusivamente ao ambientalismo. Ignacy Sachs⁶ (BURSZTYN et al., 1993), menciona o Meio Ambiente e Sustentabilidade em cinco dimensões: sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade espacial e sustentabilidade cultural introduzindo um importante dimensionamento da sua complexidade.

A amplitude de conceitos se estreita em um conceito muito utilizado ultimamente por diversos estudiosos: o Tripé da Sustentabilidade ou *Triple Bottom Line*. O tripé da sustentabilidade permite que as empresas não foquem somente a as intenções de seus acionistas através de lucros e dividendos, mas a satisfação simultânea de outros *stakeholders* da sociedade tais como empregados, comunidades, clientes e outros, através do melhor desempenho nos tripés ambiental e social (SIGMA PROJECT, 2002).

A maior amplitude da sustentabilidade permite estruturar melhor questões antes estudadas de forma isolada, principalmente no foco da responsabilidade social. O presidente do Instituto Ethos, Oded Granjew⁷ (2000), considera que a responsabilidade social é definida como:

[...] um modelo de gestão que extrapola a lei e a filantropia, passando da relação socialmente compromissada da empresa para abranger todas as relações com seus funcionários, clientes, acionistas, concorrentes, meio ambiente e outras organizações. (GRANJEW, 2000 apud VASCONCELOS, 2002, p.28).

A indústria têxtil vive uma reconstrução de modelos após a globalização e está carente de conceitos mais adequados perante a sustentabilidade e principalmente perante a responsabilidade social das empresas. Patrícia Ashley et

⁶ SACHYS, IGNACY. Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1994.

⁷ GRANJEW, ODED. Responsabilidade social empresarial e o desenvolvimento comunitário sustentável. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade de Fortaleza - UNIFOR, 2002

al. (2002) define a responsabilidade social “como um compromisso empresarial para o desenvolvimento da sociedade expresso por suas atitudes e valores”.

A desvalorização do setor por conta da mão de obra sem especialização leva a uma migração para setores mais promissores do atual mercado de trabalho. O exemplo do mercado de mercado de trabalho de Tecnologia da Informação é um caso que gera mais credibilidade por conta da alta procura por conta dos recém-formados e oferta das empresas contratantes, que estão mais adaptadas a novos sistemas de gestão que se preocupam mais com questões como responsabilidade social, principalmente como fatores relacionados à qualidade de vida dos funcionários. Mesmo assim, ainda há escassez de candidatos, pela alta demanda de vagas ofertadas apresentadas (WAACK, 2011).

O que é notório, que devido ao agravamento de problemas sociais e ambientais por todo o planeta – desemprego, exclusão, poluição, exaustão de recursos naturais – e à dificuldade dos governos de solucioná-los, as forças da sociedade estão passando por um processo de reorganização. É nesse contexto que as empresas sentem a pressão para adotarem uma postura socialmente responsável na condução dos seus negócios. As empresas conscientizam-se assim da importância de considerar os interesses de outros grupos, não só dos acionistas, afetados por sua atuação: fornecedores, empregados, comunidade, consumidores, sociedade e meio ambiente. A própria noção de sucesso empresarial está sendo questionada, trocando-se o pano de fundo dos resultados apenas econômicos para um cenário que exige resultados também sociais e ambientais, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável (COUTINHO; SOARES, 2002).

A dimensão estratégica demonstra um novo foco perante a responsabilidade social na medida em que ela possa contribuir para maior competitividade, por representar um ambiente de trabalho mais motivador e eficiente, contribuindo para uma imagem institucional positiva e por favorecer o estabelecimento de relacionamentos embasados em maior comprometimento com seus parceiros de negócio (MARTINELLI, 1997).

Quando o tema é sustentabilidade, as questões ambientais geralmente são colocadas em pauta. Como comentado anteriormente, temas mais atuais de sustentabilidade não estão relacionadas exclusivamente ao meio ambiente, e sim a outros preceitos que estão ligados sociedade e economia. De acordo com Cirelli e

Kassai (2010), os conceitos de sustentabilidade na ótica do tripé da sustentabilidade, são valores e procedimentos que as empresas devem instituir para reduzir impactos resultantes de suas operações e que agreguem valor econômico, social e ambiental. Na figura 17 é possível compreender melhor a sustentabilidade de forma ilustrada visualizando esses preceitos.

Fonte: Fábio Murcia Marques, 2014

Segundo Elkington (1998), a sustentabilidade segue os três preceitos econômicos, sociais e ambientais, porém perante as seguintes rogativas:

- Ecoeficiente: para ser ecoeficiente é necessário atender ao menos os preceitos econômico e ambiental, atendendo a todas as expectativas ligadas a esses conceitos.
- Sócio-ambiental: para atender o preceito sócio-ambiental é necessário atender a todos os preceitos sociais e ambientais que devem ser aplicados a empresa. Quanto aos conceitos sociais, alguns são obrigatórios perante a jurisdição trabalhista e outros atendem a questões de aperfeiçoamento como qualidade de vida dos colaboradores e ciclo de vida do produto nas mãos dos consumidores finais.

- **Sócio-econômico:** Semelhante a estrutura sócio-ambiental, é necessário atender ao menos as questões sociais aplicadas e ao menos as obrigações econômicas jurídicas de responsabilidades fiscais para a existência da empresa no mercado.

No centro da figura 17 é possível visualizar um triângulo que representa os três lados do tripé. Porém todos os resultados devem condicionar a empresa a obter lucro de forma tangível para o crescimento da mesma onde não será possível abandonar nenhuma das pontas do tripé. Segundo ABREU et al. (2008) uma empresa está seguindo os preceitos do tripé da sustentabilidade quando obtém prosperidade econômica, justiça social e proteção ao meio ambiente, dentro de suas operações principais e essencialmente fazendo o salto da sustentabilidade teórica para a prática.

4.6.1 A sustentabilidade na cadeia têxtil e confeccionista

Dentro da indústria têxtil existem grandes exigências com relação a responsabilidades ambientais. Por estar nos bastidores da moda e até da indústria confeccionista, que está mais próxima ao consumidor na questão logística perante aos consumidores finais, ficam implícitas as exigências nas três esferas do tripé da sustentabilidade. Porém, em relação a exigências públicas as responsabilidades são muitas. A indústria têxtil tem por necessidade o grande consumo de água para a produção de tecidos o que gera um grande descarte de efluentes com muita carga orgânica e com resíduos corantes (BRAILE; CAVALCANTI, 1993). Na questão social não foi encontrado estudos que apresentem resultados ou ações que resultem em aspectos positivos em itens como qualidade de vida, incentivo a estudos, saúde ou atos relacionados.

É evidente que as questões ambientais são as principais na conduta sustentável das indústrias têxteis. Perante a conduta ambiental, a maioria das empresas têxteis usam da certificação ISO (*International Organization for Standardization*) (ABNT, 2014) normatizada pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). A certificação específica é a ISO 14001. Trata-se de sistemas de gestão ambiental mais usado no mundo. Esta exige uma série de procedimentos

padronizados que estão ligados à exigência de normas públicas e legislativas. Para a implementação da ISO 14001 é necessário um diagnóstico inicial de uma empresa homologada e autorizada pela ISO Internacional, montagem de um manual de aplicação e procedimentos personalizados à instituição em questão, implementação, sequência de tarefas e auditorias regulares para manter o selo de certificação em atividade permitida (ISO, 2014). A ISO 14001, quando implementada, já consegue atender a alguns preceitos econômicos por também visar redução de custos de gerenciamento ambientais, normas de redução de consumo de energia e consequentemente demonstrar socialmente que uma empresa ao adquirir tal selo de certificação busca uma melhor filosofia de trabalho. Consequentemente a contratação de colaboradores com melhores níveis acadêmicos e profissionais. Essas ações são refletidas no mercado, a frente de outras empresas certificadas, podendo chegar até o consumidor final que visualiza essa empresa como um “selo verde”, favorável para a imagem da instituição.

A implementação desse certificado é dificultado por uma série de fatores, que vão desde o envolvimento da alta direção das empresas, até a dificuldade de aplicação de procedimentos estudados, o que gera não-conformidades em processos de auditoria e perda do certificado ISO 14001. Isso é reflexo de fatores culturais no Brasil, e inclusive no Estado de São Paulo, que apresentados muitas vezes por tentativas de implementação de certificados em indústrias com baixo nível de escolaridade dos funcionários, ausência de filosofias e culturas de trabalho, pouco investimento em treinamentos para os colaboradores envolvidos e consequentemente desmotivação e resistência à essas mudanças e implementações (ABREU et al., 2008).

Todas as ações de mudança de comportamento e implementações de uma empresa devem passar de alguma forma pela gestão da empresa, o que determina uma governança aplicada à distribuição de tarefas de forma mais horizontal, mudando a cadeia de valores hierárquicos dentro de uma instituição. Vendrametto (2008) dimensionou a importância da governança na implementação de preceitos sustentáveis em uma empresa, caracterizando a importância da alta direção na forma de gerenciar, incentivar a criatividade e gerar conscientização a todos os envolvidos com o processo de implementação, no qual é necessário uma visão sistêmica para uma melhor prática no controle de resíduos, reciclagem e tratamento

de refugos resultantes dos processos produtivos. Tais ações devem resultar em redução de custos, melhoras na prática da formação dos preços de venda e mais competitividade no mercado de atuação.

Semelhante à indústria têxtil, a indústria confeccionista passa por uma fase peculiar. Como descrito anteriormente o atual perfil da indústria confeccionista é de redução de funcionários e aumento de empresas prestadoras de serviço (“outsourcing”), o que trás uma nova formação de perfil de governança. O que diferencia a indústria confeccionista é a questão de resíduos sólidos. A indústria confeccionista tem por conceito uma grande produção de resíduos sólidos que são as sobras de tecido em geral que não sofrem um planejamento adequado nos dimensionamentos da produção, o que acarreta em aumento de custos e uma perda expressiva de matéria-prima. O setor confeccionista ainda abriga um processo produtivo sem metodologias que resultam em aumento de perda de peças. Essas também acabam transformando-se em resíduos sólidos que em geral não possuem um destino adequado em preceitos ambientais, resultado da fase de transição de grandes para pequenas e médias empresas no setor. Em detrimento dessas questões a Política Nacional de Resíduos Sólidos determinada pela Lei 12.035/10, tornou-se uma obrigação na gestão de resíduos aplicada em âmbitos municipais. A íntegra dessa Lei encontra-se no Anexo A (BRASIL, 2010).

Existem sistemas automatizados que melhoram e dimensionam melhor a eficiência dos processos produtivos conhecidos como sistemas de modelagem e encaixe de peças automatizados (CAD – *Computer Added Design*), os quais reduzem o volume de perdas, e consequentemente na geração de resíduos sólidos de forma excessiva. Esse exemplo pode ser mais bem visualizado na figura 18 (AUDACES, 2014). Inicialmente esses sistemas são comprados por empresas que possuem uma determinada estrutura e recursos para investimento nesses “softwares”, pois seu valor de aquisição representa um investimento relativamente alto para pequenas empresas.

Figura 18 – Sistema Audaces de encaixe de moldes para enfiesto e corte para vestuário

Fonte: Audaces, 2014

Para que resultados mais adequados sejam aplicados às empresas novamente tem-se a questão de subsídios ofertados pela gestão, o que defende a máxima de governança. A implementação de sistemas mais complexos dependem de investimento em equipamentos mais modernos e funcionários bem treinados para a execução das tarefas de forma adequada. Mas para que o tripé da sustentabilidade seja praticado de forma adequada, a cultura de trabalho deve seguir o caminho da lucratividade assistida de investimentos corretos na parte econômica, o bem estar social do colaborador que se sente agraciado quando um investimento é feito ao mesmo e o meio ambiente, o qual é beneficiado com a redução de resíduos sólidos: ferramentas de governança que geram equidade dentro da empresa (DI MICELI, 2010).

Em relação a certificações dentro do universo confeccionista, a própria ISO oferta o mesmo certificado ISO 14001 de gerenciamento ambiental. Porém há um alerta da própria da ISO em relação a implementação da certificação ambiental, o qual requer uma série de verificações e mudanças. Estes podem exigir investimentos não provisionados pelas pequenas e médias empresas, o que acarretaria em não obter a certificação (ISO, 2014).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, é possível identificar dados confirmando hipóteses, da revisão bibliográfica pesquisada. Projeta-se através de variáveis e causas que afetem a cadeia têxtil e confeccionista e dessa forma estabelece-se uma discussão que aborda aspectos sobre a pesquisa realizada. Isto é, mediante as estruturas de governança, abordar uma discussão adequada sobre fatores que influenciem positivamente a cadeia têxtil e confeccionista através de métodos que permeiam e gerem pontos de fortalecimento para setor.

5.1 Discussão

Os dados obtidos presentes na revisão bibliográfica, apresentaram um quadro peculiar que demonstra em separado a conjuntura que o setor têxtil passa, e não de modo muito diferente, o setor confeccionista de vestuário. Apesar de serem setores correlacionados, são diferentes, mas possuem fatores que são os mesmos em suas cadeias participativas de mercado. Portanto a influência sofrida em um setor, invariavelmente afeta o outro.

Modelos de gestão que apresentam diversos aspectos, que são desprezados ou desconhecidos, são inexistentes ou relegados pelo atual quadro de administração estudado. O desconhecimento de modelos de gestão integrados ou variantes que devam ser estudadas previamente são fatores notáveis dentro da cadeia, e em mais evidência na indústria confeccionista do vestuário, que além de mais jovem, sofre a necessidade constante de mudanças de comportamento.

A abertura das portas de importação, supostamente trouxe outra consequência que infere diretamente no atual quadro de gestão pelo o qual o setor confeccionista passa. Com a redução de barreiras de importação, o acesso ao preço de maquinário novo ou usado para a manufatura e confecção de itens do vestuário, tornou-se mais acessível. O crescente poder empreendedor nas duas últimas décadas pulverizou grandes indústrias para micro e pequenas empresas as quais apesar de apresentarem grande esforço de crescimento, desconhecem melhores métodos de gestão e governança corporativa. Isso gera falta de estrutura, limitações de crescimento e despreparo no enfrentamento do mercado concorrencial, que

internamente é muito grande e ainda possui os países asiáticos como maiores concorrentes externos.

Basicamente os sistemas de gestão mais atuais integram nove aspectos que na maioria dos casos não são praticados na indústria confeccionista nacional: foco no cliente, liderança, envolvimento de pessoas, abordagem de processos, abordagens de sistemas de gestão, métodos de melhoria contínua, abordagem factual para a tomada de decisão, benefícios mútuos nas relações com os fornecedores e responsabilidade social (RIBEIRO NETO; TAVARES; HOFFMAN, 2008).

Esses mesmos aspectos de gestão remetem a conceitos mais atuais de sustentabilidade, não encontrados ou comentados em nenhuma literatura estudada sobre a indústria têxtil e confeccionista nacional. Esses abordam estes mesmos aspectos de gestão integrada, mas com a adição da questão de meio ambiente, outro item completamente desagregado dos modelos de gestão estudados e praticados pelo setor.

Mediante a pesquisa efetuada, nota-se uma grande dificuldade de encontrar literaturas específicas ao histórico do setor do vestuário nacional, assim como a construção dos mesmos em outros fatores que demonstrem a formação da atual conjuntura. O mesmo cabe à questão dos formatos de gestão, os quais são escassos e não documentados, com mais ênfase a informações relativas a dados mercadológicos correspondentes ao atual quadro que a cadeia têxtil e vestuário enfrentam.

6 CONCLUSÕES

Quando se estuda o universo têxtil e confeccionista é fato notório que os dados históricos usados provêm de poucas fontes literárias, encontrados em fontes esparsas não específicas aos setores ou que se confundem com eixos da moda ou mercados comuns fora da cadeia em questão, embora relevantes para a constituição do ambiente industrial têxtil e confeccionista. As informações históricas sobre a indústria têxtil e confeccionista possuem enfoque específico para o comportamento das ações de gestão mediante as oportunidades de cada fase e a abertura do mercado aduaneiro na década de 90 do século XX. Sendo este um dos principais fatores citados como responsável pelo atual quadro da indústria nacional. Esta mesma fase é uma das responsáveis pela introdução de fundamentos relativos à Governança Corporativa no Brasil.

Essa abertura exacerbada gerou ações perante o mercado globalizado que afetaram e continuam afetando a cadeia têxtil e confeccionista nacional de forma negativa. Fica evidente que políticas protecionistas a esses setores, que se encontram em grande declínio, seriam necessárias conjunturalmente por um simples motivo: a quebra de cadeia através da importação de produtos acabados. Ao importar uma roupa acabada e pronta para ser colocada nas prateleiras e araras das lojas, esse mesmo importador ou comerciante quebra toda uma sequência integrada de uma cadeia que envolve desde o agricultor produtor de algodão, indústria química, têxtil, beneficiamento, confeccionista em todos os âmbitos diretos e indiretos, dentro do atacado e varejo. Milhares de empregos diretos e indiretos extintos no país e em específico no Estado de São Paulo que ainda é o maior pólo desses setores.

Com essa quebra de cadeia, surge a descrença nos candidatos a esse mercado de trabalho, os quais migram para outras áreas que atualmente apresentam mais atrativos. O momento demonstra uma necessidade por funções que diferentes da mão de obra, apesar de um aparente quadro de crescimento de funções operacionais, porém mais administrativas. A desindustrialização torna-se inevitável e a indústria têxtil e confeccionista sofre com isso. Quando a mão de obra interna se faz descrente, surge o interesse de pessoas, que apesar de não possuírem qualificação, possuem alto interesse em preencher estas vagas a

qualquer custo. Um grande exemplo é a mão de obra boliviana que trabalha em condições subumanas e inadequadas, que desconhece o quão é prejudicada e prejudicial para o mercado e a arrecadação do setor pelo alto índice de informalidade em que trabalham.

Ainda há o fator da sustentabilidade, que se tornar cada vez mais amplo em seu conceito. O consumidor ainda não busca no produto comprado os benefícios de adquirir um item que tenha sido produzido por uma empresa que detenha métodos sustentáveis. Mas esse momento se aproxima com o aumento de exigências a respeito da transparência de trabalho, o que já é um fator relevante para alguns consumidores finais.

Os empresários, cientes de que há uma grande distância entre as tomadas de ações protecionistas para a cadeia têxtil e confeccionista nacional e respectivamente ao Estado de São Paulo, a governança corporativa ganha importância através de ações externas ao ambiente político nacional, o qual prende a burocracias para mudança de comportamento. A governança corporativa apresenta uma filosofia de trabalho que mobiliza todos os “stakeholders”, ou seja, envolvidos com a atual conjuntura do setor, como gestores, colaboradores, centros acadêmicos e fornecedores participantes da cadeia. Sistemas de parceria que tragam benefícios com a mobilização interna, através e melhores sistemas de gestão, estabelecimento de comitês que estudem, documentem e registrem de forma adequada dados dos setores, chegando até o consumidor final, são peças-chave, apresentando maior relevância na demanda dos produtos nacionais.

Conclui-se que o despreparo histórico da gestão da cadeia têxtil e vestuário, a qual passa por mudanças de estrutura e porte empresarial, representa grande influência nas decisões tomadas perante o fortalecimento do setor que precisaria de mais representatividade no que se refere ao enfrentamento das ondas de conjunturas, mercado concorrencial exterior e atratividade de profissionais mais preparados. O uso de métodos de governança corporativa, aliado de métodos sustentáveis, é uma alternativa de grande valia na busca da reestruturação destes setores.

A implementação de novas rotinas normatizadas para pequenas e médias empresas, perfil que se amplifica na indústria têxtil e confeccionista atual, é fator relevante para o enfrentamento da concorrência estrangeira que oferta ao mercado

consumidor final opções mais atrativas com muitas vantagens competitivas. Aliar conceitos de governança traria equidade dentro das indústrias, gerando mais credibilidade na geração de empregos. Mas essas ações não podem ser isoladas. Parcerias dentro da cadeia são essenciais para o fortalecimento do setor. Ações isoladas de empresas não resultam em sobrevivência no mercado. É necessário que a empresa esteja interligada com seus clientes e fornecedores.

Portanto assegurar que a maior ameaça seria a sobretaxação ou a concorrência desleal, aliada da ausência de políticas protecionistas, seria um equívoco. A partir do momento de que existir ciência por parte da gestão dessas micro, pequenas e médias empresas sobre a força de empreendedorismo geradora de mudança de comportamento na filosofia de gestão, deixando sistemas arcaicos, conservadores e tradicionalistas na forma de gerir seus negócios a conjuntura do setor possivelmente apresentará significantes mudanças positivas no perfil da cadeia têxtil e confeccionista.

7 TRABALHOS FUTUROS

Em decorrência das pesquisas apresentadas no presente trabalho, surgiram como vertentes de trabalhos futuros alguns itens que devem ser pesquisados com metodologias adequadas a cada tema de pesquisa necessário. Como opções apresentadas foram detectados os seguintes temas:

- Estudo detalhado sobre modelos de Governança Corporativa assim como estudo de cases, estabelecimento de quadros comparativos e métodos de implementação no setor.
- Estudo detalhado sobre a culturas de Sustentável de forma amplificada através do Triple Bottom Line com cultura alinhada com a Governança para obtenção de Vantagem Competitiva.
- O outsourcing como alternativa de Arranjos Produtivos Locais (APL's) na cadeia têxtil e confeccionista aperfeiçoando os conceitos de terceirização.
- A implementação de certificações como alternativa de normatização do setor;
- A implementação de novos modelos de gestão de forma específica para micro, pequenas e médias empresas com através da cultura de governança corporativa.
- O fortalecimento das empresas com selos verdes, sociais e econômicos através da cultura do tripé da sustentabilidade.
- O reposicionamento de mercado concorrencial global perante busca de inovações nos modelos de gestão, desenvolvimento de produto e gerenciamento da eliminação de resíduos sólidos.

REFERÊNCIAS

ABIT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO. **Panorama do setor têxtil e de confecções**. São Paulo, 2011.. Disponível em: <http://abit.org.br/abitonline/2011/06_07/apresentacao.pdf> Acesso em: 6 Jun. 2013.

_____, **Pesquisa de usos, hábitos e costumes do consumidor**. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.abit.org.br/habitosdeconsumos/Banco_Dadosrpt.asp> Acesso em: 6 Jun. 2013.

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Catálogo ABNT**. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.abntcatalogo.com.br/curs.aspx?ID=35>> Acesso em: 13 nov. 2013.

ABREU, MCS de et al. Perfis estratégicos de conduta social e ambiental: estudos na indústria têxtil nordestina. **Gestão & Produção**. São Carlos, v. 15, n. 1, p. 159-172, 2008.

ABVTEX – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO VAREJO TEXTIL. **Certificação de Fornecedores ABVTEX**, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.abvtex.org.br/pt/certificacao?format=pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2013 .

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL – **Estudo prospectivo setorial: têxtil e confecção**. Brasília: ABDI, 2010.

_____, **Panorama setorial têxtil e confecção**. Brasília: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, 2008.

ALVARES, E; GIACOMETTI, C; GUSSO, E. **Governança Corporativa** - Um modelo Brasileiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

AMATO NETO, J. **Sustentabilidade & Produção: teoria e prática para uma gestão sustentável**. São Paulo: Atlas, 2011. 312p. ISBN: 978-85-224-6755-6

ANDRADE, A.; ROSSETI, J. P. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**”. São Paulo: Atlas, 2006.

ASHLEY, P. A. et al. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, v. 153, 2002.

AUDADES. **AUDACES VESTUÁRIO ENCAIXE AVANÇADO**, 2014. Disponível em: < <http://www.audaces.com/br/Desenvolvimento/Audaces-Vestuario/Audaces-Vestuario-Encaixe-Avancado>>. Acesso em: 23 ago. 2014

AZEVEDO, A. F. Z., PORTUGAL, M. S. **Abertura comercial brasileira e instabilidade da demanda de importações**. Nova Economia, Belo Horizonte: UFMG/Face/DCE,v. 8, n. 1, p. 37-63, jul.1998.

BARCELLOS, C. B. Roupas Baratas. **Jornal da Globo**. São Paulo, 7 Ago. 2012. Disponível em: < <http://globotv.globo.com/rede-globo/profissao-reporter/v/roupas-baratas-parte-1/2078547/>>. Acesso em: 10 jun. 2013

BARROS, A. J. S; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BARROS, M. Brasileiros batem recorde de gastos no exterior no mês de setembro, 2014. **Jornal da Globo**. [Online - Postado em 24 out. 2014] Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2014/10/brasileiros-batem-recorde-de-gastos-no-exterior-no-mes-de-setembro.html>. Acesso em: 25 out. 2014.

BERNHOEFT, R; GALLO, R. **Governança na empresa familiar: gestão, poder, sucessão**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

BOVESPA – BOLSA DE VALORES DO ESTADO DE SÃO PAULO. Governança Corporativa. **BOVESPA**, São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/consultas/governanca-corporativa/governanca-corporativa.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em 20 fev. 2013.

BNDES – BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO. **Panorama da Cadeia Têxtil e de Confecções e a Questão da Inovação**. Brasília, 2008. Disponível em: < http://www.bndespar.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set1202.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2013.

BRAILE, P. M.; CAVALCANTI, J. E. W. A. **Manual de Tratamento de Águas Residuárias Industriais**. São Paulo, CETESB, 1993.

BURSZTYN, MARCEL. et al. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1994. ISBN: 85-11-14090-5

CARVALHO, A. G. Governança corporativa no Brasil em perspectiva. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 37, p. 19-32, jul./set. 2002. n.3.

CHIAVENATO, I. **Comportamento Organizacional**. A dinâmica do Sucesso das Organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 569p. ISBN: 978-85-352-3755-9.

CIRELLI, G. A.; KASSAI, J. R. Análise da percepção sobre sustentabilidade por parte de stakeholders de uma instituição financeira: um estudo de caso. In: **CONGRESSO DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE USP**. 2010.

COSTA, S.; BERMAN, D.; HABIB, R. L. **150 Anos da Indústria têxtil no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI - CETIQT, 2000. 185p.

COSTA, A. C. R.; ROCHA, E. R. P. **Panorama da cadeia produtiva têxtil e de confecções e a questão da inovação**. Rio de Janeiro: Relatório Setorial: BNDES, 2009, n. 29, p. 159-202.

COSTA, S.; BERMAN, D.; HABIB, R. L. - **150 ANOS DE INDÚSTRIA TÊXTEL NO BRASIL** – Rio de Janeiro: SENAI – CETIQT, 2000. 185p.

COUTINHO, R. B. G.; SOARES, D. L. V. A M. **Gestão estratégica com responsabilidade social**: arcabouço analítico para auxiliar sua implementação em empresas no Brasil. Rev. adm. contemp.. 2002, vol.6, n.3, pp. 75-96.

DI MICELI, A. **Governança corporativa no Brasil e no mundo**: teoria e prática. Elsevier Brasil, 2010.

DI SERIO, L. C.; SAMPAIO, M. Projeto da cadeia de suprimento: uma visão dinâmica da decisão fazer versus comprar. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, 41, n. 1, Jan/Mar 2001.

EXAME. **A verdadeira ameaça a indústria**. 2012. Edição 1014. Ano 46. Nº 7. p36.

FILHO, C. F. S et al. **Ética, Responsabilidade Social e Governança Corporativa**. Campinas: Alínea, 2011.

FILHO, C. P. **Responsabilidade Social e Governança**: O Debate e as Implicações. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

ELKINGTON, J. Partnerships from cannibals with forks: The triple bottom line of 21st century business. **Environmental Quality Management**, v. 8, n. 1, p. 37-51, 1998.

FAJARDO, E. – **Consumo consciente, comércio justo**: conhecimento e cidadania como fatores econômicos. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2010.

GARCIA, F. A. **Governança Corporativa**. 2005. 41f. Monografia. (Graduação em Economia). Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2005

GEREFFI, G.; HUMPHREY, J.; STURGEON, T. **The governance of global value chains**. Review of International Political Economy, n. 12, 2005.

GOMES, A. N.. **Sustentabilidade de Empresas de Base Florestal**: O papel dos projetos sociais na inclusão das comunidades locais. Tese (Pós-Graduação em Ciência Florestal para título de Doctor Scientiae). Universidade Federal de Viçosa. Minas Gerais, Viçosa. 2005. Disponível em: < <http://www.ipef.br/servicos/teses/arquivos/gomes,an.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2013

HITT, M. A; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. **Administração estratégica**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

ISO – International Organization for Standardization - **ISO 14000 - Environmental management**. 2014. Disponível em: < <http://www.iso.org/iso/iso14000>>. Acesso em 17 set. 2014.

KELLER, Paulo Fernandes. Competição Global & Cooperação Local: uma análise das relações interfirmas no cluster têxtil de Americana-SP. **Enfoques**, v. 3, n. 1, 2004.

KOTLER, P. **Administração de Marketing: a edição do novo milênio**. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

KUNZ, A. et al.. **Novas tendências no tratamento de efluentes têxteis**. Química Nova, São Paulo, vol.25, n.1, 78-82, 2002.

LAMBERT, D.M. **Supply Chain Management: Processes, Partnerships, Performance**. Jacksonville : The Hartley Press, Inc., 2006.

LAZERSON, Mark. A new phoenix?: Modern putting-out in the Modena knitwear industry. **Administrative Science Quarterly**, p. 34-59, 1995.

LODI, J. B. **Governança Corporativa: o Governo da Empresa e o Conselho de Administração**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MACHADO FILHO, C. P. **Responsabilidade Social e Governança: o debate e as implicações**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

MALERONKA, W. **Fazer roupa virou moda**. Um figurino de ocupação da mulher São Paulo 1920-1950. São Paulo: Editora Senac. São Paulo, 2007.

MARTINELLI, A. C. **Empresa-cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora**. In: IOSCHPE, E. B. Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MENDES, M. – SEBRAE SP – COMPORTAMENTO SETOR TÊXTIL E CONFECÇÕES NA DÉCADA DE 2000 - **BNDES avalia comportamento do mercado interno e externo e aponta soluções**. 2007. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/setor/textil-e-confeccoes/o-setor/estudos-e-estatisticas/integra_bia/ident_unico/12368>. Acesso em 18 set. 2011.

OREIRO, J.; FEIJÓ, C. **Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro**. Revista de Economia Política, v. 30, n. 2, 2010.

REGO, J. M. **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2000.

RIBEIRO NETO, J. B. M. – **SISTEMAS DE GESTÃO INTEGRADOS: qualidade, meio ambiente, responsabilidade social, segurança e saúde no trabalho** – 3ª Ed. São Paulo : Editora Senac, 2008.

ROWTHORN, R; RAMASWANY, R. "Growth, Trade and Deindustrialization". **IMF Staff Papers**, 1999. Vol. 46, N.1.

PRADO, V. M. Brasil Têxtil 2012. **Relatório Setorial da Indústria Têxtil Brasileira**. São Paulo: IEMI, 2012. v.12. nº12. 160p.

PRADO, M. V.; PRADO, R.V.B. Brasil Têxtil 2013. **Relatório Setorial da Indústria Têxtil Brasileira**. ABIT/IEMI, 2013. v. 8, n. 8, p. 152,

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010 da Política Nacional dos Resíduos Sólidos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em 13 jul. 2014.

PROGRAMA SÃO PAULO DESIGN. **Setores têxtil e vestuário**. Disponível em: <<http://www.spdesign.sp.gov.br/textil/textil1.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

SALMASI, S.V; MARTELANC, R. Governança Corporativa e Custo de Capital Próprio no Brasil. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 101-117, jan/abr. 2009.

SIGMA PROJECT. **The SIGMA Guidelines**. Disponível em: <<http://www.projectsigma.co.uk/Guidelines/SigmaGuidelines.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2014.

SILVA FILHO, C. F. et al. **Ética, responsabilidade social e governança corporativa**. Campinas: Alínea, 2008.

SILVA, W. C. **ABTT e a Indústria Têxtil: 50 anos de História da ABTT**. São Paulo: Blucher, 2012.

SILVEIRA, A.D.M. **Governança corporativa, desempenho e valor e valor da empresa no Brasil**. São Paulo: FEA-USP, 2002. 152p.

SIQUEIRA, A. B.; KALATIZIS, A. E. G. **Boas práticas de governança corporativa e otimização de portfólio: uma análise comparativa**. 2010. Disponível em: <http://anpec.org.br/revista/vol8/vol8n3p521_544.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2013

SOUSA, A. M. L. **As faces da subcontratação do trabalho: um estudo com trabalhadoras e trabalhadores da confecção de roupas de Cianorte e região**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais – Unicamp), Campinas, 2009.

“STEINBERG, H. **A dimensão humana da governança corporativa**. São Paulo: Editora- Gente, 2003.

TEIXEIRA, F. **A história da indústria têxtil paulista**. São Paulo: Artemeios Editora, 2007. 128p.

TEXBRASIL. **Informações sobre o Setor**. Dados gerais da indústria da moda brasileira referentes ao ano de 2012. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.texbrasil.com.br/texbrasil/SobreSetor.aspx?tipo=15&pag=1&nav=0&tela=SobreSetor>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

TORRESI, S. I.C.; PARDINI, V. L.; FERREIRA, V. F.. **O que é sustentabilidade?** Química Nova. 2010, vol.33, n.1, pp. 1-1. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/qn/v33n1/01.pdf>>. Acesso em: 16 de fev. 2013.

TURCI, F. Série Emprego. **Jornal da Globo**. São Paulo, 10 fev. 2011. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=4dEaidP8n6Y>. Acesso em: 10 jun. 2013

VASCONCELOS, A. M. **Responsabilidade social empresarial e o desenvolvimento comunitário sustentável**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade de Fortaleza - UNIFOR, 2002

VENDRAMETTO, O. et al. Govenança corporativa sustentável e vantagem na implementação da produção mais limpa: um estudo de caso. **IV Congresso nacional de excelência em gestão**. 2008

VERNALHA, H. B.; PIRES, S. R. I. Um modelo de condução do processo de outsourcing e um estudo de caso na indústria de processamento químico. **Revista Produção**, v.15, n. 2, maio/ago 2005. 273-285.

WAACK, W. Série Emprego. **Jornal da Globo**. São Paulo, 8 fev. 2011. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=2OuyVQLp4BQ>. Acesso em: 10 Jun. 2013

ANEXO A – LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010. – POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010.

Regulamento

Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

DO OBJETO E DO CAMPO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

§ 1º Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.

§ 2º Esta Lei não se aplica aos rejeitos radioativos, que são regulados por legislação específica.

Art. 2º Aplicam-se aos resíduos sólidos, além do disposto nesta [Lei, nas Leis nºs 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 9.974, de 6 de junho de 2000, e 9.966, de 28 de abril de 2000](#), as normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) e do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro).

CAPÍTULO II

DEFINIÇÕES

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - acordo setorial: ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto;

II - área contaminada: local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos;

III - área órfã contaminada: área contaminada cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis;

IV - ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final;

V - coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;

VI - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos;

VII - destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

VIII - disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

IX - geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo;

X - gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei;

XI - gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável;

XII - logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;

XIII - padrões sustentáveis de produção e consumo: produção e consumo de bens e serviços de forma a atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhores condições de vida, sem comprometer a qualidade ambiental e o atendimento das necessidades das gerações futuras;

XIV - reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;

XV - rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

XVI - resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;

XVII - responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei;

XVIII - reutilização: processo de aproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;

XIX - serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades previstas no [art. 7º da Lei nº 11.445, de 2007](#).

TÍTULO II

DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º A Política Nacional de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Art. 5º A Política Nacional de Resíduos Sólidos integra a Política Nacional do Meio Ambiente e articula-se com a Política Nacional de Educação Ambiental, regulada pela [Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999](#), com a Política Federal de Saneamento Básico, regulada pela [Lei nº 11.445, de 2007](#), e com a [Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005](#).

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 6º São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- I - a prevenção e a precaução;
- II - o poluidor-pagador e o protetor-recebedor;
- III - a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;
- IV - o desenvolvimento sustentável;
- V - a ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;
- VI - a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;
- VII - a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;
- IX - o respeito às diversidades locais e regionais;
- X - o direito da sociedade à informação e ao controle social;
- XI - a razoabilidade e a proporcionalidade.

Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- I - proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;
- II - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- III - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;

IV - adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;

V - redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos;

VI - incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;

VII - gestão integrada de resíduos sólidos;

VIII - articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos;

IX - capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos;

X - regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a [Lei nº 11.445, de 2007](#);

XI - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:

a) produtos reciclados e recicláveis;

b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;

XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XIII - estímulo à implementação da avaliação do ciclo de vida do produto;

XIV - incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;

XV - estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável.

CAPÍTULO III

DOS INSTRUMENTOS

Art. 8º São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros:

I - os planos de resíduos sólidos;

II - os inventários e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos;

III - a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

IV - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

V - o monitoramento e a fiscalização ambiental, sanitária e agropecuária;

VI - a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;

- VII - a pesquisa científica e tecnológica;
- VIII - a educação ambiental;
- IX - os incentivos fiscais, financeiros e creditícios;
- X - o Fundo Nacional do Meio Ambiente e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- XI - o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir);
- XII - o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa);
- XIII - os conselhos de meio ambiente e, no que couber, os de saúde;
- XIV - os órgãos colegiados municipais destinados ao controle social dos serviços de resíduos sólidos urbanos;
- XV - o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos;
- XVI - os acordos setoriais;
- XVII - no que couber, os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, entre eles: a) os padrões de qualidade ambiental;
- b) o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;
- c) o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental;
- d) a avaliação de impactos ambientais;
- e) o Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (Sinima);
- f) o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;
- XVIII - os termos de compromisso e os termos de ajustamento de conduta; XIX - o incentivo à adoção de consórcios ou de outras formas de cooperação entre os entes federados, com vistas à elevação das escalas de aproveitamento e à redução dos custos envolvidos.

TÍTULO III

DAS DIRETRIZES APLICÁVEIS AOS RESÍDUOS SÓLIDOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 9º Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

§ 1º Poderão ser utilizadas tecnologias visando à recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos, desde que tenha sido comprovada sua viabilidade técnica e ambiental e com a implantação de programa de monitoramento de emissão de gases tóxicos aprovado pelo órgão ambiental.

§ 2º A Política Nacional de Resíduos Sólidos e as Políticas de Resíduos Sólidos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão compatíveis com o disposto no **caput** e no § 1º deste artigo e com as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 10. Incumbe ao Distrito Federal e aos Municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, sem prejuízo das competências de controle e fiscalização dos órgãos federais e estaduais do Sisnama, do SNVS e do Suasa, bem como da responsabilidade do gerador pelo gerenciamento de resíduos, consoante o estabelecido nesta Lei.

Art. 11. Observadas as diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento, incumbe aos Estados:

I - promover a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum relacionadas à gestão dos resíduos sólidos nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, nos termos da lei complementar estadual prevista no [§ 3º do art. 25 da Constituição Federal](#);

II - controlar e fiscalizar as atividades dos geradores sujeitas a licenciamento ambiental pelo órgão estadual do Sisnama.

Parágrafo único. A atuação do Estado na forma do **caput** deve apoiar e priorizar as iniciativas do Município de soluções consorciadas ou compartilhadas entre 2 (dois) ou mais Municípios.

Art. 12. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão e manterão, de forma conjunta, o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir), articulado com o Sinisa e o Sinima.

Parágrafo único. Incumbe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios fornecer ao órgão federal responsável pela coordenação do Sinir todas as informações necessárias sobre os resíduos sob sua esfera de competência, na forma e na periodicidade estabelecidas em regulamento.

Art. 13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação:

I - quanto à origem:

- a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;
- b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;
- c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas "a" e "b";
- d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos nas alíneas "b", "e", "g", "h" e "j";
- e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea "c";
- f) resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;
- g) resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;
- h) resíduos da construção civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;
- i) resíduos agrossilvopastoris: os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;
- j) resíduos de serviços de transportes: os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira;
- k) resíduos de mineração: os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;

II - quanto à periculosidade:

a) resíduos perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;

b) resíduos não perigosos: aqueles não enquadrados na alínea “a”.

Parágrafo único. Respeitado o disposto no art. 20, os resíduos referidos na alínea “d” do inciso I do **caput**, se caracterizados como não perigosos, podem, em razão de sua natureza, composição ou volume, ser equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal.

CAPÍTULO II

DOS PLANOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Seção I

Disposições Gerais

Art. 14. São planos de resíduos sólidos:

I - o Plano Nacional de Resíduos Sólidos;

II - os planos estaduais de resíduos sólidos;

III - os planos microrregionais de resíduos sólidos e os planos de resíduos sólidos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas;

IV - os planos intermunicipais de resíduos sólidos;

V - os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos;

VI - os planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. É assegurada ampla publicidade ao conteúdo dos planos de resíduos sólidos, bem como controle social em sua formulação, implementação e operacionalização, observado o disposto na [Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003](#), e no [art. 47 da Lei nº 11.445, de 2007](#).

Seção II

Do Plano Nacional de Resíduos Sólidos

Art. 15. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos, tendo como conteúdo mínimo:

I - diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos;

II - proposição de cenários, incluindo tendências internacionais e macroeconômicas;

III - metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

IV - metas para o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos;

V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

VI - programas, projetos e ações para o atendimento das metas previstas;

VII - normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos da União, para a obtenção de seu aval ou para o acesso a recursos administrados, direta ou indiretamente, por entidade federal, quando destinados a ações e programas de interesse dos resíduos sólidos;

VIII - medidas para incentivar e viabilizar a gestão regionalizada dos resíduos sólidos;

IX - diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos das regiões integradas de desenvolvimento instituídas por lei complementar, bem como para as áreas de especial interesse turístico;

X - normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos e, quando couber, de resíduos;

XI - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito nacional, de sua implementação e operacionalização, assegurado o controle social.

Parágrafo único. O Plano Nacional de Resíduos Sólidos será elaborado mediante processo de mobilização e participação social, incluindo a realização de audiências e consultas públicas.

Seção III

Dos Planos Estaduais de Resíduos Sólidos

Art. 16. A elaboração de plano estadual de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para os Estados terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade. [\(Vigência\)](#)

§ 1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no **caput** os Estados que instituírem microrregiões, consoante o [§ 3º do art. 25 da Constituição Federal](#), para integrar a organização, o planejamento e a execução das ações a cargo de Municípios limítrofes na gestão dos resíduos sólidos.

§ 2º Serão estabelecidas em regulamento normas complementares sobre o acesso aos recursos da União na forma deste artigo.

§ 3º Respeitada a responsabilidade dos geradores nos termos desta Lei, as microrregiões instituídas conforme previsto no § 1º abrangem atividades de coleta seletiva, recuperação e reciclagem, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, a gestão de resíduos de construção civil, de serviços de transporte, de serviços de saúde, agrossilvopastoris ou outros resíduos, de acordo com as peculiaridades microrregionais.

Art. 17. O plano estadual de resíduos sólidos será elaborado para vigência por prazo indeterminado, abrangendo todo o território do Estado, com horizonte de atuação de 20 (vinte) anos e revisões a cada 4 (quatro) anos, e tendo como conteúdo mínimo:

I - diagnóstico, incluída a identificação dos principais fluxos de resíduos no Estado e seus impactos socioeconômicos e ambientais;

II - proposição de cenários;

III - metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

IV - metas para o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos;

V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

VI - programas, projetos e ações para o atendimento das metas previstas;

VII - normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos do Estado, para a obtenção de seu aval ou para o acesso de recursos administrados, direta ou indiretamente, por entidade estadual, quando destinados às ações e programas de interesse dos resíduos sólidos;

VIII - medidas para incentivar e viabilizar a gestão consorciada ou compartilhada dos resíduos sólidos;

IX - diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;

X - normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos e, quando couber, de resíduos, respeitadas as disposições estabelecidas em âmbito nacional;

XI - previsão, em conformidade com os demais instrumentos de planejamento territorial, especialmente o zoneamento ecológico-econômico e o zoneamento costeiro, de:

a) zonas favoráveis para a localização de unidades de tratamento de resíduos sólidos ou de disposição final de rejeitos;

b) áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos a serem objeto de recuperação ambiental;

XII - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito estadual, de sua implementação e operacionalização, assegurado o controle social.

§ 1º Além do plano estadual de resíduos sólidos, os Estados poderão elaborar planos microrregionais de resíduos sólidos, bem como planos específicos direcionados às regiões metropolitanas ou às aglomerações urbanas.

§ 2º A elaboração e a implementação pelos Estados de planos microrregionais de resíduos sólidos, ou de planos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, em consonância com o previsto no § 1º, dar-se-ão obrigatoriamente com a participação dos Municípios envolvidos e não excluem nem substituem qualquer das prerrogativas a cargo dos Municípios previstas por esta Lei.

§ 3º Respeitada a responsabilidade dos geradores nos termos desta Lei, o plano microrregional de resíduos sólidos deve atender ao previsto para o plano estadual e estabelecer soluções integradas para a coleta seletiva, a recuperação e a reciclagem, o tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos urbanos e, consideradas as peculiaridades microrregionais, outros tipos de resíduos.

Seção IV

Dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Art. 18. A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade. ([Vigência](#))

§ 1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no **caput** os Municípios que:

I - optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e implementação de plano intermunicipal, ou que se inserirem de forma voluntária nos planos microrregionais de resíduos sólidos referidos no § 1º do art. 16;

II - implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

§ 2º Serão estabelecidas em regulamento normas complementares sobre o acesso aos recursos da União na forma deste artigo.

Art. 19. O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

I - diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotadas;

II - identificação de áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, observado o plano diretor de que trata o [§ 1º do art. 182 da Constituição Federal](#) e o zoneamento ambiental, se houver;

III - identificação das possibilidades de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios, considerando, nos critérios de economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais;

IV - identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos a plano de gerenciamento específico nos termos do art. 20 ou a sistema de logística reversa na forma do art. 33, observadas as disposições desta Lei e de seu regulamento, bem como as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;

V - procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotados nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, incluída a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos e observada a [Lei nº 11.445, de 2007](#);

VI - indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

VII - regras para o transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS e demais disposições pertinentes da legislação federal e estadual;

VIII - definição das responsabilidades quanto à sua implementação e operacionalização, incluídas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a que se refere o art. 20 a cargo do poder público;

IX - programas e ações de capacitação técnica voltados para sua implementação e operacionalização;

X - programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos;

XI - programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver;

XII - mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos;

XIII - sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços, observada a [Lei nº 11.445, de 2007](#);

XIV - metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

XV - descrição das formas e dos limites da participação do poder público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitado o disposto no art. 33, e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XVI - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito local, da implementação e operacionalização dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20 e dos sistemas de logística reversa previstos no art. 33;

XVII - ações preventivas e corretivas a serem praticadas, incluindo programa de monitoramento;

XVIII - identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, e respectivas medidas saneadoras;

XIX - periodicidade de sua revisão, observado prioritariamente o período de vigência do plano plurianual municipal.

§ 1º O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos pode estar inserido no plano de saneamento básico previsto no [art. 19 da Lei nº 11.445, de 2007](#), respeitado o conteúdo mínimo previsto nos incisos do **caput** e observado o disposto no § 2º, todos deste artigo.

§ 2º Para Municípios com menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos terá conteúdo simplificado, na forma do regulamento.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica a Municípios:

- I - integrantes de áreas de especial interesse turístico;
- II - inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional;
- III - cujo território abranja, total ou parcialmente, Unidades de Conservação.

§ 4º A existência de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não exime o Município ou o Distrito Federal do licenciamento ambiental de aterros sanitários e de outras infraestruturas e instalações operacionais integrantes do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos pelo órgão competente do Sisnama.

§ 5º Na definição de responsabilidades na forma do inciso VIII do **caput** deste artigo, é vedado atribuir ao serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos a realização de etapas do gerenciamento dos resíduos a que se refere o art. 20 em desacordo com a respectiva licença ambiental ou com normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e, se couber, do SNVS.

§ 6º Além do disposto nos incisos I a XIX do **caput** deste artigo, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos contemplará ações específicas a serem desenvolvidas no âmbito dos órgãos da administração pública, com vistas à utilização racional dos recursos ambientais, ao combate a todas as formas de desperdício e à minimização da geração de resíduos sólidos.

§ 7º O conteúdo do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos será disponibilizado para o Sinir, na forma do regulamento.

§ 8º A inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não pode ser utilizada para impedir a instalação ou a operação de empreendimentos ou atividades devidamente licenciados pelos órgãos competentes.

§ 9º Nos termos do regulamento, o Município que optar por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, assegurado que o plano intermunicipal preencha os requisitos estabelecidos nos incisos I a XIX do **caput** deste artigo, pode ser dispensado da elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

Seção V

Do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Art. 20. Estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos:

- I - os geradores de resíduos sólidos previstos nas alíneas “e”, “f”, “g” e “k” do inciso I do art. 13;
- II - os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que:
 - a) gerem resíduos perigosos;
 - b) gerem resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal;
- III - as empresas de construção civil, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama;

IV - os responsáveis pelos terminais e outras instalações referidas na alínea "j" do inciso I do art. 13 e, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e, se couber, do SNVS, as empresas de transporte;

V - os responsáveis por atividades agrossilvopastoris, se exigido pelo órgão competente do Sisnama, do SNVS ou do Suasa.

Parágrafo único. Observado o disposto no Capítulo IV deste Título, serão estabelecidas por regulamento exigências específicas relativas ao plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

Art. 21. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

I - descrição do empreendimento ou atividade;

II - diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados;

III - observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa e, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:

a) explicitação dos responsáveis por cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos;

b) definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do gerador;

IV - identificação das soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores;

V - ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes;

VI - metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos e, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, à reutilização e reciclagem;

VII - se couber, ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, na forma do art. 31;

VIII - medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos;

IX - periodicidade de sua revisão, observado, se couber, o prazo de vigência da respectiva licença de operação a cargo dos órgãos do Sisnama.

§ 1º O plano de gerenciamento de resíduos sólidos atenderá ao disposto no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos do respectivo Município, sem prejuízo das normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa.

§ 2º A inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não obsta a elaboração, a implementação ou a operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

§ 3º Serão estabelecidos em regulamento:

I - normas sobre a exigibilidade e o conteúdo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos relativo à atuação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

II - critérios e procedimentos simplificados para apresentação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos para microempresas e empresas de pequeno porte, assim consideradas as definidas nos [incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), desde que as atividades por elas desenvolvidas não gerem resíduos perigosos.

Art. 22. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

Art. 23. Os responsáveis por plano de gerenciamento de resíduos sólidos manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente, ao órgão licenciador do Sisnama e a outras autoridades, informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade.

§ 1º Para a consecução do disposto no **caput**, sem prejuízo de outras exigências cabíveis por parte das autoridades, será implementado sistema declaratório com periodicidade, no mínimo, anual, na forma do regulamento.

§ 2º As informações referidas no **caput** serão repassadas pelos órgãos públicos ao Sinir, na forma do regulamento.

Art. 24. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente do Sisnama.

§ 1º Nos empreendimentos e atividades não sujeitos a licenciamento ambiental, a aprovação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos cabe à autoridade municipal competente.

§ 2º No processo de licenciamento ambiental referido no § 1º a cargo de órgão federal ou estadual do Sisnama, será assegurada oitiva do órgão municipal competente, em especial quanto à disposição final ambientalmente adequada de rejeitos.

CAPÍTULO III

DAS RESPONSABILIDADES DOS GERADORES E DO PODER PÚBLICO

Seção I

Disposições Gerais

Art. 25. O poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos e das diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento.

Art. 26. O titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos é responsável pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços, observados o respectivo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, a [Lei nº 11.445, de 2007](#), e as disposições desta Lei e seu regulamento.

Art. 27. As pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 são responsáveis pela implementação e operacionalização integral do plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente na forma do art. 24.

§ 1º A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta as pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

§ 2º Nos casos abrangidos pelo art. 20, as etapas sob responsabilidade do gerador que forem realizadas pelo poder público serão devidamente remuneradas pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis, observado o disposto no § 5º do art. 19.

Art. 28. O gerador de resíduos sólidos domiciliares tem cessada sua responsabilidade pelos resíduos com a disponibilização adequada para a coleta ou, nos casos abrangidos pelo art. 33, com a devolução.

Art. 29. Cabe ao poder público atuar, subsidiariamente, com vistas a minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública relacionado ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. Os responsáveis pelo dano ressarcirão integralmente o poder público pelos gastos decorrentes das ações empreendidas na forma do **caput**.

Seção II

Art. 23. Os responsáveis por plano de gerenciamento de resíduos sólidos manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente, ao órgão licenciador do Sisnama e a outras autoridades, informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade.

§ 1º Para a consecução do disposto no **caput**, sem prejuízo de outras exigências cabíveis por parte das autoridades, será implementado sistema declaratório com periodicidade, no mínimo, anual, na forma do regulamento.

§ 2º As informações referidas no **caput** serão repassadas pelos órgãos públicos ao Sinir, na forma do regulamento.

Art. 24. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente do Sisnama.

§ 1º Nos empreendimentos e atividades não sujeitos a licenciamento ambiental, a aprovação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos cabe à autoridade municipal competente.

§ 2º No processo de licenciamento ambiental referido no § 1º a cargo de órgão federal ou estadual do Sisnama, será assegurada oitiva do órgão municipal competente, em especial quanto à disposição final ambientalmente adequada de rejeitos.

CAPÍTULO III

DAS RESPONSABILIDADES DOS GERADORES E DO PODER PÚBLICO

Seção I

Disposições Gerais

Art. 25. O poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos e das diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento.

Art. 26. O titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos é responsável pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços, observados o respectivo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, a [Lei nº 11.445, de 2007](#), e as disposições desta Lei e seu regulamento.

Art. 27. As pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 são responsáveis pela implementação e operacionalização integral do plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente na forma do art. 24.

§ 1º A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta as pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

§ 2º Nos casos abrangidos pelo art. 20, as etapas sob responsabilidade do gerador que forem realizadas pelo poder público serão devidamente remuneradas pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis, observado o disposto no § 5º do art. 19.

Art. 28. O gerador de resíduos sólidos domiciliares tem cessada sua responsabilidade pelos resíduos com a disponibilização adequada para a coleta ou, nos casos abrangidos pelo art. 33, com a devolução.

Art. 29. Cabe ao poder público atuar, subsidiariamente, com vistas a minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública relacionado ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. Os responsáveis pelo dano ressarcirão integralmente o poder público pelos gastos decorrentes das ações empreendidas na forma do **caput**.

Seção II

§ 2º O regulamento disporá sobre os casos em que, por razões de ordem técnica ou econômica, não seja viável a aplicação do disposto no **caput**.

§ 3º É responsável pelo atendimento do disposto neste artigo todo aquele que:

I - manufatura embalagens ou fornece materiais para a fabricação de embalagens;

II - coloca em circulação embalagens, materiais para a fabricação de embalagens ou produtos embalados, em qualquer fase da cadeia de comércio.

Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;

II - pilhas e baterias;

III - pneus;

IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

§ 1º Na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, os sistemas previstos no **caput** serão estendidos a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§ 2º A definição dos produtos e embalagens a que se refere o § 1º considerará a viabilidade técnica e econômica da logística reversa, bem como o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§ 3º Sem prejuízo de exigências específicas fixadas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS, ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, cabe aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos a que se referem os incisos II, III, V e VI ou dos produtos e embalagens a que se referem os incisos I e IV do **caput** e o § 1º tomar todas as medidas necessárias para assegurar a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa sob seu encargo, consoante o estabelecido neste artigo, podendo, entre outras medidas:

I - implantar procedimentos de compra de produtos ou embalagens usados;

II - disponibilizar postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis;

III - atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos casos de que trata o § 1º.

§ 4º Os consumidores deverão efetuar a devolução após o uso, aos comerciantes ou distribuidores, dos produtos e das embalagens a que se referem os incisos I a VI do **caput**, e de outros produtos ou embalagens objeto de logística reversa, na forma do § 1º.

§ 5º Os comerciantes e distribuidores deverão efetuar a devolução aos fabricantes ou aos importadores dos produtos e embalagens reunidos ou devolvidos na forma dos §§ 3º e 4º.

§ 6º Os fabricantes e os importadores darão destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens reunidos ou devolvidos, sendo o rejeito encaminhado para a disposição final ambientalmente adequada,

na forma estabelecida pelo órgão competente do Sisnama e, se houver, pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

§ 7º Se o titular do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, por acordo setorial ou termo de compromisso firmado com o setor empresarial, encarregar-se de atividades de responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa dos produtos e embalagens a que se refere este artigo, as ações do poder público serão devidamente remuneradas, na forma previamente acordada entre as partes.

§ 8º Com exceção dos consumidores, todos os participantes dos sistemas de logística reversa manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e a outras autoridades informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.

Art. 34. Os acordos setoriais ou termos de compromisso referidos no inciso IV do **caput** do art. 31 e no § 1º do art. 33 podem ter abrangência nacional, regional, estadual ou municipal.

§ 1º Os acordos setoriais e termos de compromisso firmados em âmbito nacional têm prevalência sobre os firmados em âmbito regional ou estadual, e estes sobre os firmados em âmbito municipal.

§ 2º Na aplicação de regras concorrentes consoante o § 1º, os acordos firmados com menor abrangência geográfica podem ampliar, mas não abrandar, as medidas de proteção ambiental constantes nos acordos setoriais e termos de compromisso firmados com maior abrangência geográfica.

Art. 35. Sempre que estabelecido sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e na aplicação do art. 33, os consumidores são obrigados a:

- I - acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados;
- II - disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução.

Parágrafo único. O poder público municipal pode instituir incentivos econômicos aos consumidores que participam do sistema de coleta seletiva referido no **caput**, na forma de lei municipal.

Art. 36. No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:

- I - adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;
- II - estabelecer sistema de coleta seletiva;
- III - articular com os agentes econômicos e sociais medidas para viabilizar o retorno ao ciclo produtivo dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;
- IV - realizar as atividades definidas por acordo setorial ou termo de compromisso na forma do § 7º do art. 33, mediante a devida remuneração pelo setor empresarial;
- V - implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido;
- VI - dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

§ 1º Para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do **caput**, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação.

§ 2º A contratação prevista no § 1º é dispensável de licitação, nos termos do [inciso XXVII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#).

CAPÍTULO IV

DOS RESÍDUOS PERIGOSOS

Art. 37. A instalação e o funcionamento de empreendimento ou atividade que gere ou opere com resíduos perigosos somente podem ser autorizados ou licenciados pelas autoridades competentes se o responsável comprovar, no mínimo, capacidade técnica e econômica, além de condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

Art. 38. As pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, são obrigadas a se cadastrar no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos.

§ 1º O cadastro previsto no **caput** será coordenado pelo órgão federal competente do Sisnama e implantado de forma conjunta pelas autoridades federais, estaduais e municipais.

§ 2º Para o cadastramento, as pessoas jurídicas referidas no **caput** necessitam contar com responsável técnico pelo gerenciamento dos resíduos perigosos, de seu próprio quadro de funcionários ou contratado, devidamente habilitado, cujos dados serão mantidos atualizados no cadastro.

§ 3º O cadastro a que se refere o **caput** é parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e do Sistema de Informações previsto no art. 12.

Art. 39. As pessoas jurídicas referidas no art. 38 são obrigadas a elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos e submetê-lo ao órgão competente do Sisnama e, se couber, do SNVS, observado o conteúdo mínimo estabelecido no art. 21 e demais exigências previstas em regulamento ou em normas técnicas.

§ 1º O plano de gerenciamento de resíduos perigosos a que se refere o **caput** poderá estar inserido no plano de gerenciamento de resíduos a que se refere o art. 20.

§ 2º Cabe às pessoas jurídicas referidas no art. 38:

I - manter registro atualizado e facilmente acessível de todos os procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano previsto no **caput**;

II - informar anualmente ao órgão competente do Sisnama e, se couber, do SNVS, sobre a quantidade, a natureza e a destinação temporária ou final dos resíduos sob sua responsabilidade;

III - adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

IV - informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

§ 3º Sempre que solicitado pelos órgãos competentes do Sisnama e do SNVS, será assegurado acesso para inspeção das instalações e dos procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

§ 4º No caso de controle a cargo de órgão federal ou estadual do Sisnama e do SNVS, as informações sobre o conteúdo, a implementação e a operacionalização do plano previsto no **caput** serão repassadas ao poder público municipal, na forma do regulamento.

Art. 40. No licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades que operem com resíduos perigosos, o órgão licenciador do Sisnama pode exigir a contratação de seguro de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente ou à saúde pública, observadas as regras sobre cobertura e os limites máximos de contratação fixados em regulamento.

Parágrafo único. O disposto no **caput** considerará o porte da empresa, conforme regulamento.

Art. 41. Sem prejuízo das iniciativas de outras esferas governamentais, o Governo Federal deve estruturar e manter instrumentos e atividades voltados para promover a descontaminação de áreas órfãs.

Parágrafo único. Se, após descontaminação de sítio órfão realizada com recursos do Governo Federal ou de outro ente da Federação, forem identificados os responsáveis pela contaminação, estes ressarcirão integralmente o valor empregado ao poder público.

CAPÍTULO V

DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

Art. 42. O poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de:

- I - prevenção e redução da geração de resíduos sólidos no processo produtivo;
- II - desenvolvimento de produtos com menores impactos à saúde humana e à qualidade ambiental em seu ciclo de vida;
- III - implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;
- IV - desenvolvimento de projetos de gestão dos resíduos sólidos de caráter intermunicipal ou, nos termos do inciso I do **caput** do art. 11, regional;
- V - estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa;
- VI - descontaminação de áreas contaminadas, incluindo as áreas órfãs;
- VII - desenvolvimento de pesquisas voltadas para tecnologias limpas aplicáveis aos resíduos sólidos;
- VIII - desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos.

Art. 43. No fomento ou na concessão de incentivos creditícios destinados a atender diretrizes desta Lei, as instituições oficiais de crédito podem estabelecer critérios diferenciados de acesso dos beneficiários aos créditos do Sistema Financeiro Nacional para investimentos produtivos.

Art. 44. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da [Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#) (Lei de Responsabilidade Fiscal), a:

- I - indústrias e entidades dedicadas à reutilização, ao tratamento e à reciclagem de resíduos sólidos produzidos no território nacional;
- II - projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, prioritariamente em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;
- III - empresas dedicadas à limpeza urbana e a atividades a ela relacionadas.

Art. 45. Os consórcios públicos constituídos, nos termos da [Lei nº 11.107, de 2005](#), com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de serviços públicos que envolvam resíduos sólidos, têm prioridade na obtenção dos incentivos instituídos pelo Governo Federal.

Art. 46. O atendimento ao disposto neste Capítulo será efetivado em consonância com a [Lei Complementar nº 101, de 2000](#) (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como com as diretrizes e objetivos do respectivo plano plurianual, as metas e as prioridades fixadas pelas leis de diretrizes orçamentárias e no limite das disponibilidades propiciadas pelas leis orçamentárias anuais.

CAPÍTULO VI

DAS PROIBIÇÕES

Art. 47. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- I - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- II - lançamento **in natura** a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- III - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- IV - outras formas vedadas pelo poder público.

§ 1º Quando decretada emergência sanitária, a queima de resíduos a céu aberto pode ser realizada, desde que autorizada e acompanhada pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e, quando couber, do Suasa.

§ 2º Assegurada a devida impermeabilização, as bacias de decantação de resíduos ou rejeitos industriais ou de mineração, devidamente licenciadas pelo órgão competente do Sisnama, não são consideradas corpos hídricos para efeitos do disposto no inciso I do **caput**.

Art. 48. São proibidas, nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos, as seguintes atividades:

- I - utilização dos rejeitos dispostos como alimentação;
- II - catação, observado o disposto no inciso V do art. 17;
- III - criação de animais domésticos;
- IV - fixação de habitações temporárias ou permanentes;
- V - outras atividades vedadas pelo poder público.

Art. 49. É proibida a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como de resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reúso, reutilização ou recuperação.

TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 50. A inexistência do regulamento previsto no § 3º do art. 21 não obsta a atuação, nos termos desta Lei, das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Art. 51. Sem prejuízo da obrigação de, independentemente da existência de culpa, reparar os danos causados, a ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importe inobservância aos preceitos desta Lei ou de seu regulamento sujeita os infratores às sanções previstas em lei, em especial às fixadas na [Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998](#), que "dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências", e em seu regulamento.

Art. 52. A observância do disposto no **caput** do art. 23 e no § 2º do art. 39 desta Lei é considerada obrigação de relevante interesse ambiental para efeitos do [art. 68 da Lei nº 9.605, de 1998](#), sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis nas esferas penal e administrativa.

Art. 53. O § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 56.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I - abandona os produtos ou substâncias referidos no **caput** ou os utiliza em desacordo com as normas ambientais ou de segurança;

II - manipula, acondiciona, armazena, coleta, transporta, reutiliza, recicla ou dá destinação final a resíduos perigosos de forma diversa da estabelecida em lei ou regulamento.

....." (NR)

Art. 54. A disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, observado o disposto no § 1º do art. 9º, deverá ser implantada em até 4 (quatro) anos após a data de publicação desta Lei.

Art. 55. O disposto nos [arts. 16](#) e [18](#) entra em vigor 2 (dois) anos após a data de publicação desta Lei.

Art. 56. A logística reversa relativa aos produtos de que tratam os incisos V e VI do **caput** do art. 33 será implementada progressivamente segundo cronograma estabelecido em regulamento.

Art. 57. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de agosto de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Rafael Thomaz Favetti
Guido Mantega
José Gomes Temporão
Miguel Jorge
Izabella Mônica Vieira Teixeira
João Reis Santana Filho
Marcio Fortes de Almeida
Alexandre Rocha Santos Padilha

Este texto não substitui o publicado no DOU de 3.8.2010